

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bruna Trajano de Souza Lobo Veloso

**A AMAZÔNIA CRIADA PELOS MILITARES: GEOPOLÍTICA E OCUPAÇÃO
ECONÔMICA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)**

UBERLÂNDIA

2026

Bruna Trajano de Souza Lobo Veloso

**A AMAZÔNIA CRIADA PELOS MILITARES: GEOPOLÍTICA E OCUPAÇÃO
ECONÔMICA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Monografia apresentada no curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profª. Dra. Raquel de Azevedo

UBERLÂNDIA/MG

2026

Bruna Trajano de Souza Lobo Veloso

**A AMAZÔNIA CRIADA PELOS MILITARES: GEOPOLÍTICA E OCUPAÇÃO
ECONÔMICA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Monografia apresentada para a obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais
pelo Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia.

Uberlândia, 09 de Março de 2026

Profª. Dra. Raquel de Azevedo

Prof. Dr. João Fernando Finazzi

Prof. Dr. Laurindo Tchinhama

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por todo apoio, carinho e segurança que me deram e transmitiram durante minha caminhada na Universidade. Sem suas palavras de conforto e gestos solidários, meus estudos teriam sido árduos e desconfortáveis. Com eles, tive somente alegrias.

Agradeço ao meu irmão pelo suporte e torcida. Sua força e coragem me inspiraram a percorrer caminhos e a realizar meus sonhos.

Agradeço às amigas que fiz na universidade: Emanuele, Isabela, Maria Isabela e Mariana. Ao lado delas pude ser verdadeiramente feliz, encontrar fidelidade e lealmente. Com elas, todas as dificuldades se tornaram histórias, nunca problemas.

Agradeço à minha orientadora pelos conselhos, suporte e escuta. Nossas discussões e pesquisas me auxiliaram como aluna e pessoa e irão me influenciar por toda minha trajetória.

Por fim, agradeço às minhas avós Zélia e Maria. Aquela pelo amor incondicional e apoio inquebrável. Esta que, mesmo do eterno, me guia, me protege e me mostra o caminho da felicidade.

“Eu sou é eu mesmo. Divérjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”

(Guimarães Rosa)

RESUMO

Este trabalho estuda a relação entre o pensamento geopolítico militar brasileiro e a realização de políticas estatais para a Amazônia ao longo da Ditadura militar no Brasil (1964-1985), focando no Programa Grande Carajás, no Programa de Integração Nacional e no Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia. Inicialmente, parte-se da hipótese de que, mesmo que formulados conforme um discurso de soberania, integração territorial e projeção do Brasil como potência, estes programas auxiliaram a manter a condição periférica e dependente do país. Como metodologia, a pesquisa se baseia em análises bibliográficas e documentais, em especial os escritos dos militares Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, assim como decretos e estudos acadêmicos sobre a ocupação e desenvolvimento da Amazônia. O estudo mostra que a operacionalização das concepções geopolíticas militares ajudou a inserir na região amazônica um modelo de desenvolvimento capital-intensivo, voltado à exportação de produtos de baixo valor agregado e fortemente dependente de capitais externos. Como resultado, os projetos analisados aumentaram desigualdades sociais e regionais, fragilizaram as dinâmicas socioeconômicas da Amazônia e produziram efeitos dissonantes aos objetivos declarados de soberania e integração nacional. Portanto, a geopolítica militar reforçou estruturas históricas de dependência a partir de suas orientações políticas de ocupação e exploração da Amazônia, em vez de superá-las.

Palavras-chave: Geopolítica, Amazônia, Ditadura Militar.

ABSTRACT

This study examines the relationship between Brazilian military geopolitical thought and the implementation of state policies for the Amazon during Brazil's military dictatorship (1964–1985), focusing on the Grande Carajás Program, the National Integration Program, and the Program of Agro-Pastoral and Agro-Mineral Poles of the Amazon. The initial hypothesis is that, although formulated within a discourse of sovereignty, territorial integration, and the projection of Brazil as a major power, these programs contributed to the maintenance of the country's peripheral and dependent condition. Methodologically, the research is based on bibliographic and documentary analysis, particularly the geopolitical writings of military figures Golbery do Couto e Silva and Carlos de Meira Mattos, as well as official decrees and academic studies on the occupation and development of the Amazon. The study demonstrates that the operationalization of military geopolitical conceptions promoted the insertion of the Amazon region into a capital-intensive development model oriented toward the export of low value-added products and heavily dependent on foreign capital. As a result, the analyzed projects intensified social and regional inequalities, weakened the Amazon's socioeconomic dynamics, and produced outcomes that contradicted the stated objectives of sovereignty and national integration. Therefore, military geopolitics reinforced historical structures of dependency through its political strategies of occupation and exploitation of the Amazon, rather than overcoming them.

Key words: Geopolitics; Amazon; Military Dictatorship.

LISTA DE SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
LANDSAT	Levantamento por satélite
OMS	Organização Mundial da Saúde
PGC	Projeto Grande Carajás
PIN	Programa de Interação Nacional
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia
RADAM	Radar na Amazônia
SNI	Serviço Nacional de Informação
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CONTEXTO HISTÓRICO DA AMAZÔNIA ATÉ 1964.....	14
2.1 PERÍODO COLONIAL E MISSÕES RELIGIOSAS	14
2.2 A AMAZÔNIA NO IMPÉRIO	19
2.3 O CICLO DA BORRACHA.....	21
2.4 SALDO DA OCUPAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO AMAZÔNICA	23
3. OS MILITARES E A AMAZÔNIA.....	25
3.1 A GEOPOLÍTICA MILITAR	25
3.2 GOLBERY DO COUTO E SILVA	26
3.3 CARLOS DE MEIRA MATTOS.....	27
3.3.1 A AMAZÔNIA DE MEIRA MATTOS	29
3.4 BALANÇOS DO DISCURSO MILITAR SOBRE A AMAZÔNIA	32
4. POLÍTICAS IMPLEMENTADAS (1964-1985)	34
4.1 O PROJETO GRANDE CARAJÁS	34
4.2 O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E O POLAMAZÔNIA	36
5. OS PROJETOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	38
5.1 PROJETO GRANDE CARAJÁS	38
5.2 PIN E POLAMAZÔNIA	42
5.2.1 OS PROJETOS E OS INDÍGENAS	44
5.3 BALANÇO DOS PROJETOS ECONÔMICOS PARA A AMAZÔNIA DURANTE A DITADURA MILITAR.....	46
6. CONTRADIÇÕES ENTRE A GEOPOLÍTICA E A PRÁTICA	49
7. CONCLUSÃO.....	54
Referências bibliográficas.....	56

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma extensa floresta presente em vários países da América do Sul, sendo sua maior extensão no Brasil. Além disto, a floresta tem uma biodiversidade expressiva, riquezas minerais e extensos rios. Por isto, os governos brasileiros sempre defenderam a floresta no discurso e na prática. Durante a colonização, métodos de exploração econômica e servidão indígena foram fomentados para a manutenção do domínio territorial português. A estratégia de estabelecer uma ocupação econômica para disputar militarmente a região resultou na expansão da área portuguesa para oeste do Tratado de Tordesilhas e na obtenção da Amazônia como território luso, sendo o Tratado de Madri (1750) trabalhado arduamente pelos diplomatas portugueses.

O resultado dos anos de colonização foi a dizimação das tribos indígenas e um vazio demográfico. Outrossim, a Amazônia é destaque e cobiçada novamente durante o *boom* da borracha. A floresta proporcionou aos países centrais a goma elástica possível para a continuidade da Revolução Industrial e para as duas guerras do século XX. Para o serviço exaustivo, foi motivada a migração de milhares de nordestinos. Este seria o começo da resolução governamental para a baixa demográfica na região.

Durante a segunda metade do século XX, especialmente durante a Ditadura Militar (1964-1985), o governo brasileiro implementou projetos e infraestruturas objetivando a defesa e integração da Amazônia, idealizadas pelos geopolíticos militares, como os generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. Em seus planos, deveriam ser construídas rodovias que ligassem o Norte ao Centro-Sul, além da exploração dos minérios e a promoção da agricultura na Amazônia.

Surge, naquele momento, a construção de famosas rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, planos de mineração como o Projeto Grande Carajás e projetos de colonização agrícola a partir da migração. Neste sentido, a geopolítica militar sustentava que a guarda da Amazônia ocorreria com a integração, o conhecido “integrar para não entregar”. Assim sendo, era preciso desenvolver economicamente a Amazônia a começar com os planos de infraestrutura.

Haja vista as ideias e planejamentos, o presente trabalho levanta a hipótese de que o discurso da integração e os instrumentos estatais criados para a defesa da Amazônia possam ter

sido apropriados por elites econômicas e interesses externos, gerando políticas de ocupação com impactos negativos sobre a soberania territorial. Portanto, a pesquisa tem por finalidade investigar, por meio da análise documental, como as decisões administrativas que prevaleceram na prática se mostraram dissonantes em relação ao pensamento geopolítico defendido para a defesa nacional.

Como objetivo geral, o trabalho busca demonstrar a importância estratégica da Amazônia referente à área militar e analisar como foi pensada sua forma de defesa, dando destaque às divergências entre o discurso e a prática. Desta maneira, examina-se como o ambiente político administrativo de incentivos econômicos criou condições para a atuação do capital estrangeiro na região. Logo, a integração social no discurso é atravessada pela contradição entre os princípios da defesa e a ocupação efetiva da região.

Sob a luz dos materiais revisados, tem-se como objetivos específicos (1) analisar o papel do poder público na defesa da Amazônia. Este foi relevante na manutenção do discurso de defesa e desenvolvimento na região durante a Ditadura Militar, sendo o principal indutor das propostas de infraestrutura, mineração e colonização, como também indutor da migração.

Este trabalho busca (2) ressaltar o papel dos militares na elaboração das diretrizes para o arcabouço de defesa da Amazônia. Dois generais escreveram livros e pautaram o debate geopolítico brasileiro: o general Golbery do Couto e Silva e o general Carlos de Meira Mattos. Portanto, torna-se imperioso compreender suas propostas e como cada um concebia o principal mecanismo de defesa para a Amazônia.

Após o estudo das ideias, (3) objetiva-se contrapor os pensamentos dos generais do Exército acerca da defesa amazônica à ocupação econômica efetiva da região no período da Ditadura Militar. Nesse sentido, o objetivo consiste em identificar, em estudos posteriores, as decisões administrativas que foram efetivamente implementadas e analisar como estas divergiam da doutrina de defesa proposta.

Neste contexto, a defesa territorial constitui um pilar fundamental da soberania dos Estados e, conseqüentemente, um campo central de estudo dentro das Relações Internacionais. Acerca do Brasil, essa tarefa compete primordialmente às Forças Armadas e à política externa, em que o primeiro atua de forma complementar na vigilância das fronteiras e o segundo na condução de diálogos bilaterais e multilaterais com os países vizinhos. Nesse panorama geopolítico, a Amazônia assume incontestável posição estratégica para o Brasil, pois tem uma

vasta extensão territorial e imensa riqueza hídrica, mineral e em biodiversidade. Desta maneira, ela é colocada no centro de debates ambientais, econômicos e de segurança global.

Dada essa centralidade, investigar a geopolítica militar dirigida à Amazônia durante o regime autoritário revela-se de urgência acadêmica e prática. Este período é particularmente elucidativo, pois o governo central, armado de instrumentos políticos autoritários e de uma doutrina de segurança nacional expansionista, implementou um projeto ambicioso de integração e ocupação por meio da construção de infraestruturas e outros programas.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, orientada pelo método histórico-analítico, com base em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo utiliza obras de geopolíticos militares e literatura acadêmica especializada, bem como documentos e dados oficiais de órgãos estatais relacionados às políticas de ocupação e integração da Amazônia, no período da Ditadura Militar.

Neste cenário, o presente estudo justifica-se pela premissa de que as políticas de segurança e desenvolvimento executadas durante a Ditadura Militar foram incapazes de sanar as vulnerabilidades históricas da região e até mesmo as acentuaram. A promoção de um modelo de ocupação favorável à atuação do capital estrangeiro e à revelia das populações tradicionais, gerou um legado de conflitos fundiários, exploração legal e ilegal de minérios e presença estatal frágil e deslegitimada.

Portanto, não será feito somente um exercício historiográfico. Há a compreensão da gênese histórica das vulnerabilidades estratégicas e fronteiriças que ainda são presentes e desafiam o Estado brasileiro na Amazônia. A análise crítica dos documentos e políticas daquele período fornece uma chave interpretativa para os problemas contemporâneos, contribuindo para um debate sobre modelos de defesa que sejam, verdadeiramente, eficazes e soberanos para a região.

É válido ressaltar que este trabalho estuda um limite temporal (Ditadura Militar) e analisa três projetos do período – Programa Grande Carajás, Programa de Integração Nacional e Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia. A escolha e delimitação dos três foi intencional, pois, no decorrer da pesquisa, ficou explícito que estes projetos abarcaram o que a geopolítica dos generais pretendia fazer. Assim sendo, o propósito aqui é investigar a dissonância entre discurso e prática a partir dos três projetos citados.

Para melhor compreensão do problema estudado, o trabalho é organizado em, primeiro, uma contextualização histórica da Amazônia desde a colonização. Segundo, é apresentado o papel da floresta durante o ciclo da borracha. Posteriormente, são apresentadas as ideias geopolíticas dos generais Couto e Silva e Meira Mattos. Em quarto, são trazidos os projetos estudados. Após, são analisadas as consequências dos planos, tanto os efeitos nas cidades, no meio ambiente, nos moradores e nos povos indígenas. Por fim, há uma seção de debate acerca da contradição entre pensamento geopolítico e prática.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA AMAZÔNIA ATÉ 1964

2.1 PERÍODO COLONIAL E MISSÕES RELIGIOSAS

A Amazônia foi inventada nesse tempo, porque antes era a terra do verão constante, a terra em que se ia jovem e voltava velho, a terra do sem-fim, o mundo primevo da selva tropical e suas sociedades tribais densamente povoando a várzea e espalhando-se pela terra firme. (Souza, 2019, p. 77)

Para as análises iniciais do trabalho, se faz necessário contextualizar a colonização portuguesa e as formas de exploração da Amazônia subsequentes, demonstrando suas consequências.

Anterior à colonização europeia na Amazônia, a região era habitada por diversos povos indígenas que ali mantinham suas culturas. Dito isto, o presente trabalho inicia seu estudo a partir da chegada do estrangeiro à floresta e de sua atuação em relação aos modos de vida que ali estavam. O estrangeiro manteve-se na Amazônia, modificando as vivências naturais. Posteriormente, não será o outro do além-mar que olhará a floresta com ganância, mas sim o conterrâneo, o designado a protegê-la.

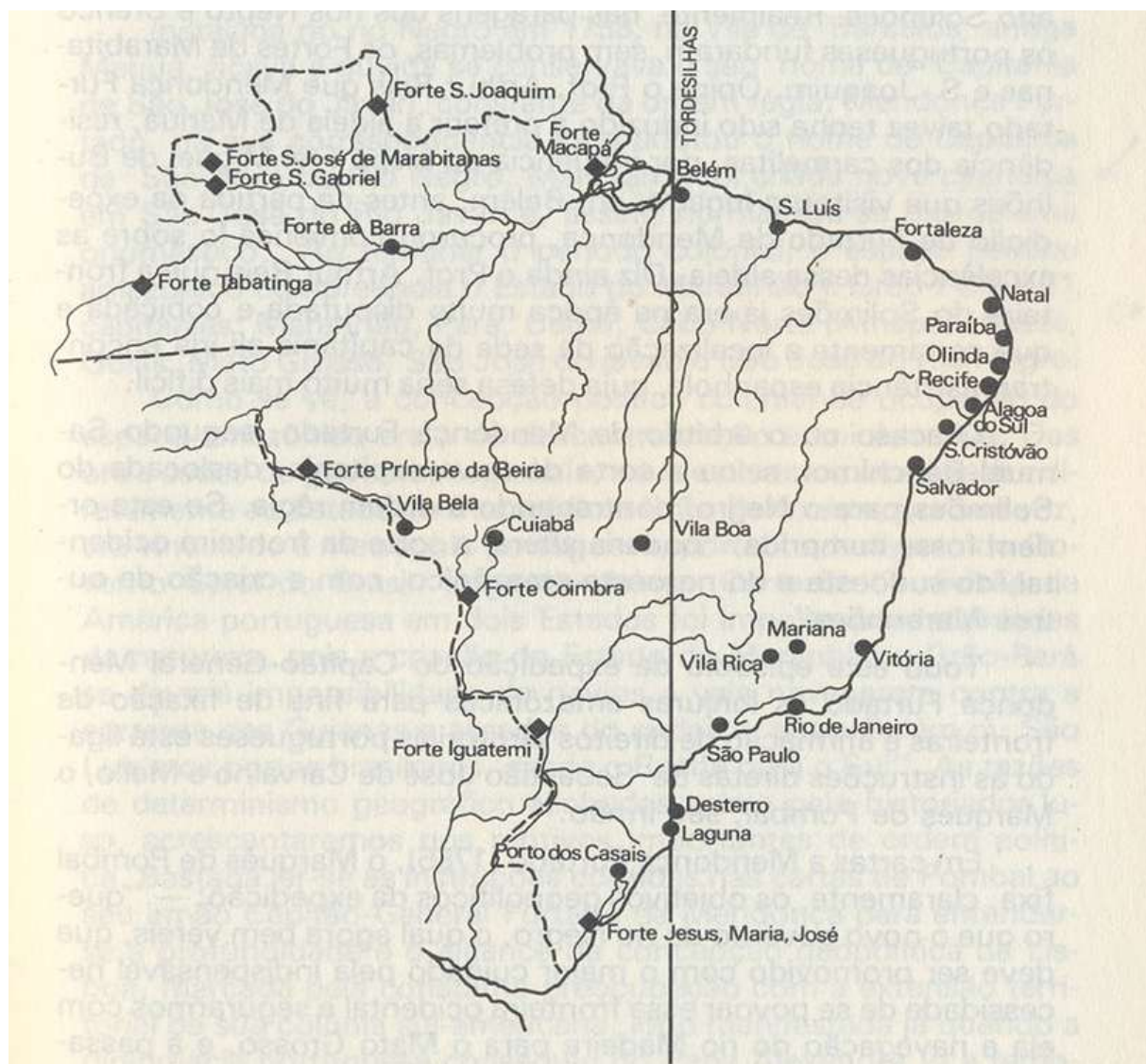
De acordo com relatos históricos, o primeiro europeu a chegar à região amazônica foi o espanhol Vicente Pinzón em fevereiro de 1500, entretanto não se manteve no local (Souza, 2019). Assim, as ditas aventuras europeias em meio à floresta tropical eram cercadas por misticismo, arrogância e violência, sendo inúmeros os relatos de franceses ou alemães descrevendo a Amazônia a partir do olhar do homem branco (Souza, 2019). Nos registros, as ocupações iniciais são de ingleses, alemães, holandeses e franceses com diferentes formas de exploração. Mas, concretamente, quem deterá a exploração da Amazônia serão os espanhóis e os portugueses (Souza, 2019).

Em relação à violência, desde o começo as incursões impunham sofrimentos aos indígenas, seja através dos métodos brutais de contato, ou da proliferação de doenças que já começavam a matar os indefesos (Souza, 2019). A exemplo da brutalidade, o lusitano Bento Maciel Parente organizou bandeiras e fundou povoados baseando-se no terror, a partir do esquiteamentos de indígenas, prática comum da Coroa portuguesa que se observa também na Inconfidência Mineira em 1789 (Souza, 2019).

As investidas na Amazônia foram várias, mas será Portugal o vitorioso neste assalto, devido à dificuldade que o paredão andino impunha aos espanhóis para expandirem seus

domínios. Neste sentido, a Coroa portuguesa esforçou-se ao máximo para obter o controle daquela região, haja vista seu objetivo de dar continuidade à exploração econômica da colônia, expandir seu território e obter o domínio geopolítico (Souza, 2019). Portanto, Portugal aproveitou-se da formação da União Ibérica (1580-1640) para seguir rumo ao oeste e conquistar a floresta densa.

Em 1615, a coroa ordena que Pedro Teixeira, personagem memorável da história portuguesa na Amazônia, expulse os franceses do Maranhão, haja vista o receio português de perder seu posto na região (Souza, 2019). No ano seguinte, Portugal funda o Forte do Presépio de Santa Maria de Belém, atualmente Belém, como forma de consolidar seu domínio. Também cria fortes militares visando a defesa do território (Souza, 2019).



Fonte: Mattos, 1980, p. 37.

Em 1637, a Coroa portuguesa ordenou que Pedro Teixeira subisse o rio Amazonas até se aproximar de Quito, no Peru, como parte de uma investida visando trocas comerciais com os espanhóis, mas também a posse portuguesa do rio (Goes Filho, 2016). Vinte anos depois, os jesuítas fundam a primeira missão no rio Negro, abrindo espaço para as missões religiosas às margens dos rios, como as franciscanas, carmelitas, capuchinhas e mercedárias (Goes Filho, 2016).

A conquista da Amazônia era estratégica tão logo Portugal recuperasse sua autonomia em relação à Espanha. Neste sentido, a viagem aventureira de Pedro Teixeira rumo a Quito resultou na fundação do povoado de Franciscana (no Rio Aguarico), o qual dividiu o território entre os espanhóis e os portugueses e, posteriormente, foi usado pelo diplomata português

Alexandre de Gusmão para efetivar o controle luso na região no Tratado de Madri (1750), a partir do *uti possidetis* (Goes Filho, 2016).

Outrossim, segundo Goes Filho (2016), Portugal taticamente controlou os rios afluentes do Amazonas, como os rios Negro, Napo, Aguarico, Japurá, Javari, Solimões, Madeira, e este controle possibilitou aos lusitanos a consolidação das missões religiosas, exploração das drogas do sertão e o descimento de indígenas para a mão de obra. Diferentemente dos lusos, os espanhóis não se “aventuraram” nos rios, pois os metais preciosos já haviam sido descobertos nas montanhas (Goes Filho, 2016).

À vista do exposto, observa-se que a Amazônia foi cobiçada pelos europeus desde os princípios do projeto colonizador. Neste contexto, a Coroa Portuguesa almejou ampliar seu território e aumentar sua exploração econômica. Assim, obter a Amazônia (espanhola por causa do Tratado de Tordesilhas de 1492) seria satisfatório, pois Portugal poderia procurar pelos metais preciosos, exportar as matérias primas, garantir o controle da foz do rio Amazonas e tentar quaisquer sortes que o território oferecesse. Todavia, obviamente, foi necessário domínio e defesa da Amazônia até a posse total, pois a floresta era muita e os invasores também. Por conseguinte, as missões religiosas serão essenciais para esta defesa.

Os esforços portugueses para manter o domínio da Amazônia se estenderam ao longo de todo o século XVII. Neste sentido, a ação de Pedro Teixeira possibilitou que a Coroa portuguesa situasse os limites entre Espanha e Portugal no rio Javari, bem ao oeste da linha original do Tratado de Tordesilhas (Hemming, 2007). Ao final do século XVII, as missões religiosas já obtinham destaque na região, mas é durante a primeira metade do século XVIII que se estabelecem as diversas missões jesuítas, formando uma organização política na região, juntamente com a atuação dos colonos (Hemming, 2007). Especificamente, a partir de 1693 Portugal estabeleceu missões nos rios visando o controle efetivo.

Coube aos jesuítas a margem direita do rio Amazonas, com seus caudalosos tributários, o Xingu, o Tapajós e o Madeira. Franciscanos de variedades se ocupavam da margem esquerda do baixo Amazonas, onde poucos índios sobreviviam. Os mercedários, ordem monástica da Espanha, que costumavam atuar apenas nas cidades, mantinham uma missão entre os sobreviventes dos urubus e dos aruaques do rio Uatumã e do lago Saracá. Acima desses rios, nos ainda populosos Solimões, Japurá e Negro, a conversão dos índios foi confiada aos carmelitas. (Hemming, 2007, pg. 658)

As missões religiosas concentravam-se na catequização forçada dos indígenas e na exploração dos recursos. A mão de obra utilizada era a indígena, em que havia a distinção entre o indígena livre e o escravizado (Hemming, 2007). Era determinado como homem livre aquele

obtido nas *descidas* (a expressão designa a atividade de subir os rios e recolher os indígenas para, após, descer os rios) e estabelecido nas missões religiosas ao longo dos afluentes, o qual recebia um salário (duas varas de pano de algodão); efetivamente, estes indígenas eram trabalhadores forçados nas roças e obrigados à catequese (Hemming, 2007). Por outro lado, o indígena escravizado era aquele que o colono caçava e, portanto, era propriedade do colonizador (Hemming, 2007).

Segundo decretos reais, a escravização indígena era proibida, contudo religiosos e colonos encontravam brechas nas leis para a prática (Hemming, 2007). Estima-se que, em 1700, o rio Negro tinha a maior fonte de escravizados indígenas, além de que a prática era descontrolada nos rios Solimões e Japurá (Hemming, 2007). No ano de 1719, em carta ao rei, o padre Manuel de Seixas afirma que as atividades coletoras resultavam em 50 a 300 expedições, as quais traziam em média mil indígenas cada. De acordo com o relato do padre Daniel, entre 1700 e 1750 foram descidos aproximadamente 3 milhões de indígenas (Hemming, 2007).

Naquele período, os jesuítas utilizavam a mão de obra indígena na extração das drogas do sertão, na produção de açúcar e de tabaco e na criação de gado em fazendas no Pará e no Maranhão. Estima-se que os jesuítas tinham aproximadamente 12 mil indígenas distribuídos em 63 missões e suas fazendas chegavam a ter 25 a 30 mil cabeças de gado, bastante abaixo das 60 a 100 mil cabeças que os mercedários tinham na Ilha de Marajó (Hemming, 2007). Deste modo, observa-se que as missões inicialmente orientadas pela conversão se tornaram empresas coloniais lucrativas, sendo este um detalhe que incomodou os colonos e fez Pombal expulsar os jesuítas da Amazônia (Hemming, 2007).

Naquele período, o embate entre os jesuítas e os colonos era intenso, especialmente acerca da escravização indígena. Por causa do trabalho forçado, a região que antes era densamente povoada por tribos indígenas, tornou-se um vazio demográfico (Hemming, 2007). Para mudar o cenário, em 4 de abril de 1755 o Marquês de Pombal fez um decreto contra a discriminação racial, entretanto, para Hemming (2007) havia a necessidade de ocupar o vácuo de terra deixado pelos intensos anos de exploração e escravização. Assim, o casamento entre brancos e indígenas foi estimulado, bem como o comércio.

A relação entre os jesuítas e a Coroa Portuguesa decaiu com as falsas acusações de enriquecimento grandioso dos religiosos e penúria dos colonos, como também alegação por parte de Pombal que a riqueza dos padres não era compartilhada com a Coroa (Hemming,

2007). Dentre estes fatores e outros, em 1755 o Papa Benedito XIV promulgou uma bula que permitiu a reforma dos jesuítas em Portugal e, em 1759, Pombal os expulsou da Amazônia (Hemming, 2007). De 1755 a 1798, as missões foram substituídas pelos diretórios, que eram espaços controlados por representantes do governo português na região objetivando dar continuidade às atividades econômicas (Hemming, 2007).

Isto posto, conclui-se que Portugal desejou e conquistou a Amazônia frente às cobiças estrangeiras. Tomou para si o imenso território e ali incumbiu os religiosos de catequizarem e utilizarem dos indígenas. E, essencialmente, jesuítas e colonos se valeram da mesma mão de obra, com formas diferenciadas de posse, para explorar a terra e enriquecer a Coroa. Ao final, Portugal e os colonos suspeitavam que os religiosos possuíam riquezas ocultas e grandiosas. Então, teceram juntos um meio para expulsar os jesuítas, mantendo a empresa colonial. Primordialmente, a Coroa portuguesa, em especial Marquês de Pombal, visou ocupar e desenvolver a Amazônia. É certo que ocupação houve, desenvolvimento, não.

Como resultados, a Amazônia exportou as drogas do sertão em quantidades fortemente menores que o açúcar e o ouro porvir, Portugal conseguiu expandir suas fronteiras e obter a Amazônia com o Tratado de Madri (1750) e a região tornou-se um vazio demográfico.

2.2 A AMAZÔNIA NO IMPÉRIO

Com o fim das missões religiosas e a criação dos diretórios, a Amazônia a partir de 1757 foi sendo colocada paulatinamente no capitalismo internacional, visando os ganhos comerciais que a região poderia trazer. Assim sendo, nesta parte será analisada as transformações sociais e políticas de um período tão conturbado quanto rico que foi a Amazônia anterior e posterior à Independência.

A Guiana Francesa representou, nos últimos anos do século XVIII, um espaço de ressonância das ideias revolucionárias vindas da França e, dada à proximidade com a capitania do Grão-Pará e Rio Negro, a região amazônica também foi influenciada (Souza, 2019). Naquele momento, Belém e Manaus apresentavam estabilidade política e os negócios floresciam. Por causa da proximidade geográfica com Portugal – gastava-se menos tempo para chegar à metrópole que à capital –, os comerciantes portugueses e os nascidos na capitania construíram

programas econômicos de agropecuária e manufatura, que geraram bons fluxos comerciais e de contatos com a Coroa (Souza, 2019).

Não obstante o crescimento urbano, o cenário no restante da Amazônia era diferente. Em razão dos anos de *descidas* e escravização, o interior amazônico apresentava baixa densidade demográfica e penúria (Souza, 2019). Neste contexto, o desenvolvimento econômico da Amazônia concentrou-se nas capitais, deixando à margem o imenso excedente de terras e cidades. Nem mesmo a riqueza proporcionada pelo ciclo da borracha posteriormente mudou a cena de pauperização do interior (Souza, 2019).

A respeito da economia, a Amazônia continuou sendo uma exportadora de drogas do sertão, carne, algodão e outros, mantendo-se refém da demanda internacional e dos interesses da elite local (Souza, 2019). Some-se a isso a euforia transitória causada pelo início da produção de algodão na região em resposta à flutuação dos preços da principal matéria-prima da manufatura têxtil inglesa em razão da guerra de independência dos EUA (1776) (Souza, 2019). Tão logo o preço do algodão retorna a patamares inclusive inferiores àquele anterior à guerra, a produção algodoeira recua na região amazônica.

Acerca dos acontecimentos europeus, a região amazônica tem relação com as Guerras Napoleônicas. Isto porque, em dezembro de 1808, um destacamento militar de Belém ocupou a Guiana Francesa e retornou ao Brasil somente em 1817 (Souza, 2019). Estes oito anos foram suficientes para implantar ideias republicanas nos militares que ali ficaram e, após o retorno, debaterem com a elite política a necessidade da Declaração dos Direitos do Homem – relevante citar que qualquer cidadão que fosse encontrado com tal exemplar seria condenado à prisão perpétua pelas autoridades portuguesas (Souza, 2019).

O projeto revolucionário e republicano encontraria dificuldades de execução concreta na Amazônia e deste fato as elites sabiam, pois a capitania era muito grande e não havia maturidade social para tornar o Grão-Pará e Rio Negro num país (Souza, 2019). Nestes termos, as elites aceitam a Proclamação da República de 1822 imaginando que, quiçá, tal mudança traria mais atenção aquela parte do Brasil tão renegada (Souza, 2019).

A despeito da vontade, o que ocorreu foi a manutenção da marginalização da Amazônia durante o Império. Portanto, o pensamento revolucionário ainda estava latente e, com o descaso governamental, ocorre de 1835 a 1840 a Cabanagem, a revolta popular mais sangrenta do período regencial (Souza, 2019). O movimento contestou os anos de miséria e abandono econômico, assim como a repressão violenta do governo, especialmente do nomeado

governador Bernardo Lobo de Sousa (Souza, 2019). Findo o processo, um quinto da população morreu, cerca de 30 mil pessoas, e a Amazônia que já era um vazio demográfico, tornou-se um vácuo econômico relegado à sorte.

2.3 O CICLO DA BORRACHA

Tal fortuna veio em forma de uma goma elástica: a borracha. Em vista disso, neste segmento serão abordados os papéis que a borracha e o governo brasileiro tiveram na Amazônia, aquela no século XIX e este no XX, especialmente na Era Vargas. O objetivo central é demonstrar a continuação da exploração da região guiada pela demanda externa e pelo lucro.

De acordo com os registros, a primeira utilização da borracha para a indústria ocorreu em 1770 pelo inglês Joseph Priestley, sendo seguido de vários experimentos até 1839, quando Charles Goodyear criou o processo de vulcanização da borracha e mudou a industrialização (Mattos, 1980). A matéria-prima era utilizada para vários fins, como sapatos, tapetes, cadeiras, botas e, mais tarde, para as rodas dos automóveis (Mattos, 1980).

Novamente, a Amazônia foi inserida no contexto de cobiça para sustentar uma demanda global ocasionada pela Revolução Industrial. A *hevea brasiliensis* era preferida pelo mercado mundial que o látex da Índia, Malásia e Indonésia, levando a partir de 1821 à procura pela goma na floresta amazônica (Mattos, 1980). A busca foi incessante e, em 1850, tem-se o início da extração da borracha em escala comercial, por conseguinte aumentando a interiorização da caça pela *hevea* (Mattos, 1980).

Como relatado, a Amazônia padecia de vazio demográfico, portanto a resolução para a perseguição à borracha foi a migração da população nordestina. A precisão exata de quantos migrantes foram à Amazônia é complexa, mas alguns autores estimam que em torno de 500.000 vieram do Nordeste para a mata densa entre 1821 e 1912, especialmente a partir de 1877 com a grande seca (Mattos, 1980). Os seringueiros fixavam-se ao longo dos rios, como o Purus e Juruá, além do Madeira, Mamoré e Acre, sendo que a exportação deste último era de quase 500.000 quilos de goma elástica (Mattos, 1980).

As exportações eram incansáveis, por isso em 1852 cria-se a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, com barcos a vapor operantes nos rios amazônicos para ampliar o fluxo comercial da borracha - a empresa pertenceu ao Visconde de Mauá, mas, em 1872, foi

vendida aos ingleses (Mattos, 1980). A concessão da empresa ao Visconde veio com um comprometimento: a criação de doze colônias estrangeiras na Amazônia; porém, mesmo com a chegada de 1.100 portugueses e 30 chineses, o projeto colonizatório não seguiu adiante (Mattos, 1980).

Dos produtos amazônicos mais exportados, a borracha ocupava, em 1867, o primeiro posto muito à frente do segundo. Tamanha abundância colocou Belém e Manaus como centros da riqueza mundial, com infraestrutura e urbanização crescente, saindo de vilas para cidades comparadas às europeias (Mattos, 1980). Tanta opulência era ofertada somente nas capitais, enquanto as cidades menores mantinham a miséria e, em meio à floresta, os migrantes esforçavam-se na extração da borracha e pelejavam contra aquele clima tão distinto.

O *boom* econômico trazido pela borracha durou de 1850 a 1912 e, em 1910, representou 40% da pauta exportadora (Mattos, 1980). Contudo, as novas plantações na Malásia mudaram a demanda para a Ásia e, conseqüentemente, colocaram o Brasil na margem do mercado global por 30 anos até a Segunda Guerra Mundial (Mattos, 1980).

Antes da Era Vargas, houve a tentativa de plantação da *hevea* no Brasil pela empresa Ford, entretanto o investimento milionário foi derrotado pela natureza: uma praga atacou as folhas e levou o empreendimento ao fracasso, deixando como registro a fantasmagórica cidade de Fordlândia (Mattos, 1980). Mas, por uma última vez, a Amazônia seria centro das atenções internacionais. Na Segunda Guerra, os japoneses obtiveram o controle da extração do látex na Malásia, fazendo os Aliados retornarem à velha região explorada (Mattos, 1980).

Em 1942, Getúlio Vargas assinou os Acordos de Washington que, dentre outros fatores, incentivavam a produção da borracha com bonificações para a saúde e pesquisa se a produção excedesse 10.000 toneladas anuais, além da transferência de US\$ 10 milhões pela Fundação Rockefeller (Mattos, 1980). Toda uma infraestrutura foi criada na Amazônia naquele momento: foi criado o Banco da Borracha (com 40% de capital estadunidense), o Serviço Especial de Saúde Pública, além de melhorias no Instituto Agrônomo do Norte etc. (Mattos, 1980).

Como da vez passada, aproximadamente 100.000 nordestinos migraram para a Amazônia entre 1942 e 1945, ficando conhecidos como os soldados da borracha (Mattos, 1980). A penúria encontrada por estes migrantes era grande, padeciam de fome e da falta de organização daquele empreendimento que os atraiu.

Encerrada a guerra, a demanda pela borracha diminuiu e retornou a Amazônia ao limbo econômico em que estava, dado que a demanda por suas riquezas não mais se justificava. As mudanças vieram em 1953, com a definição da Amazônia Legal, a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e, nos anos que seguiram até o golpe militar, houve a implantação de sistemas termoelétricos nas capitais e abertura da estrada Belém-Brasília (Mattos, 1980).

2.4 SALDO DA OCUPAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO AMAZÔNICA

Em síntese, observa-se um padrão econômico na Amazônia desde a colonização à República: a exploração de bens é dominada pela demanda internacional. Desta maneira, a floresta é posta em evidência a depender da aspiração do capital internacional. Sucedeu assim com as drogas do sertão, com o algodão e com a borracha, principalmente com o último. Ademais, a região foi preterida pelas outras, ocasionando em escasso investimento da metrópole portuguesa e dos governos imperial e republicano.

À revelia das camadas populares, as elites do Grão-Pará e Rio Negro arquitetaram uma república naquela Amazônia, formulada para atender a seus projetos, uma vez que a região já estava há muito politicamente desligada do Rio de Janeiro, que por sua vez pouco oferecia. Nesse contexto, os populares não debateram as ideias republicanas ou a Declaração dos Direitos do Homem: lutaram bravamente por uma separação que, no fim das contas, os manteria na pobreza.

O ciclo da borracha, longe de atenuar as disparidades sociais, acentuou a desigualdade na região amazônica. Enquanto consolidou e expandiu consideravelmente a fortuna da elite nortista, o *boom* do látex atraiu para a floresta milhares de migrantes, sobretudo nordestinos, impelidos pela promessa de prosperidade. A Amazônia transformou-se, mais uma vez, em palco para aventureiros em busca do êxito rápido, seduzidos por narrativas de riqueza que os motivavam a cruzar o país.

Contudo, o destino desses indivíduos raramente correspondia às expectativas. Uma ínfima minoria logrou enriquecer; uma grande parcela permaneceu na pobreza; e muitos outros foram simplesmente iludidos por promessas falaciosas. A verdadeira dimensão das consequências desse processo – marcado pela herança das missões religiosas e da colonização

anterior — revelou-se de forma crua na demanda por uma massa de aproximadamente 500.000 trabalhadores para a extração do látex. Esse episódio histórico representou, portanto, não uma ruptura, mas a continuação e intensificação do projeto de ocupação e dominação territorial concebido desde a era pombalina.

3. OS MILITARES E A AMAZÔNIA

3.1 A GEOPOLÍTICA MILITAR

A convicção que sempre tivera de ser o Brasil o primeiro país do mundo... A grande pátria do Cruzeiro só precisava de tempo para ser superior à Inglaterra (Barreto, 2022, p. 23).

A contextualização acima foi necessária para o entendimento das políticas feitas na Amazônia desde a colonização até a República. Neste momento, como foco do trabalho, serão trazidos os dois principais expoentes da geopolítica militar durante a Ditadura e quais eram seus pensamentos referentes à Amazônia.

Compreendida como “um campo do conhecimento que analisa as relações entre poder e espaço geográfico” (Becker, 2005, p.1), a geopolítica tem sua origem na escola alemã, com Friedrich Ratzel e Kjellén, sendo, mais tarde, influenciada pela escola anglo-saxã (Mahan, Mackinder, Spykman) e pela francesa (Vidal de La Blache, Lacoste, Raffestin) (Miyamoto, 2014).

Segundo Miyamoto (2014), a geopolítica é uma teoria do poder em que fatores geográficos são usados para auxiliar e fortalecer o Estado, em especial na sua defesa e segurança. Neste cenário, a escola alemã dedicou-se ao estudo da geopolítica aplicada ao âmbito terrestre, enquanto a anglo-saxã à área marítima e aérea e, em oposição, a francesa destacou a importância do campo, mas rejeitou seu determinismo (Miyamoto, 2014).

No Brasil, o estudo da geopolítica foi uma ferramenta e aliada do Estado na execução de suas intenções. Especialmente na formação das fronteiras, diplomatas e militares¹ conjecturaram a ampliação do território e sua manutenção frente às cobiças vizinhas (Mello, 2024). A produção geopolítica brasileira pode ser dividida entre a militar e a acadêmica civil (Medeiros, 2015):

Denomino a primeira de geopolítica militar e a segunda de geopolítica crítica. Esta é mais próxima de uma geografia política que se alinha aos preceitos teórico-práticos de Raffestin (1993) (*Pour une Géographie du Pouvoir*), Raymond Aron (2002), e se expressa, por exemplo, nos trabalhos de Everaldo Backeuser (1926; 1927; 1933), Bertha Becker (1982), Marília Steinberger (1997), Wanderley Costa (1992), Márcia Anita Sprandel (2005), Elias de Castro (2004), entre outros. Contrasta com a geopolítica militar, que no Brasil se vincula aos trabalhos pioneiros de fronteira de Everaldo Backeuser (1926), depois às obras dos generais Golbery (1981a; 1981b;

¹ Alguns exemplos da defesa e manutenção das fronteiras brasileiras por diplomatas e militares podem ser encontrados na região Sul (Hemming, 2007), na questão do Acre (Ricupero, 2017) e nas variadas missões fronteiriças de demarcações que o Exército brasileiro participou no início do século XX (Soares, 2021).

1967), Góes Monteiro, Mário Travassos (1938) e Meira Mattos (1980) e da professora da Escola Superior de Guerra (ESG) Therezinha de Castro (1999), entre outros. Grosso modo, poderíamos afirmar que estes têm maior aproximação intelectual com Friedrich Ratzel (1898-1899) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918). A distinção em termos mais substanciais poderia ser colocada do seguinte modo: a geopolítica militar se preocupa mais com uma política de poder de Estado nacional; diferentemente, a geopolítica crítica se preocupa em compreender políticas territoriais e suas composições socioeconômicas. (Medeiros, 2015, p. 42)

Na linha de pensamento militar, há um predomínio maior dos generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. Assim sendo, é ímpar que sejam apresentados com maiores detalhes seus pensamentos.

3.2 GOLBERY DO COUTO E SILVA

Golbery do Couto e Silva (1911-1987) foi um general do Exército brasileiro nascido no Rio Grande do Sul e intenso colaborador do golpe contra o governo de João Goulart (1961-1964) (Mello, 2024). Couto e Silva participou da campanha na Itália com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), já na Ditadura foi o organizador do Serviço Nacional de Informação (SNI) e colaborou nos governos dos generais Humberto Castello Branco (1964-1967), Ernesto Geisel (1975-1979) e João Figueiredo (1979-1985) (Mello, 2024).

Acerca da geopolítica, Couto e Silva a entendia como:

A fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição (Silva, 1967, p. 64).

Assim sendo, o general expressou em seu livro *Geopolítica do Brasil* (1967) que era fundamental uma geopolítica essencialmente brasileira. Isto porque as condições geográficas, sociais e econômicas do país eram singulares, bem como o subdesenvolvimento poderia abrir brecha para o mal daquela época: o comunismo (Silva, 1967).

Na conjuntura da Guerra Fria, o general gaúcho via o perigo que as guerras subversivas apresentavam, especialmente lideranças como Mao Tsé Tung e Ho Chi Min (Silva, 1967). Destarte, para manter o território alheio àquilo que os militares consideravam como perigo, era imprescindível uma geopolítica brasileira que lidasse com as questões do espaço, ou seja, o subdesenvolvimento econômico do país, e com a posição, transformar o Brasil em uma potência latina (Silva, 1967).

Por conseguinte, Silva (1967) acreditava que o país deveria empreender uma ligação entre seus eixos, ou seja, que a região Norte e Centro-Oeste se avizinhasse das outras partes mais desenvolvidas como o Sudeste e Sul. O debate em torno da construção da capital do país no Centro-Oeste foi amplamente defendido pelos militares, os quais entendiam ser importante acercar aquela parte tão renegada, mas desejada (Medeiros, 2015).

A respeito da Amazônia, Silva (1967) sustentava que a Hileia amazônica deveria ser inundada de civilização - tarefa designada à população jovem – a partir da base já estruturada de cidades e infraestrutura no Centro-Oeste, numa ação pensada para progredir do sentido leste para o oeste. Neste sentido, o domínio efetivo daquele espaço seria feito com fluxos migratórios, povoamento e exploração dos recursos naturais (Medeiros, 2015).

Como teórico, Golbery do Couto e Silva não logrou desenvolver uma produção acadêmica substancial especificamente direcionada à região amazônica. Como um dos principais ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), o general articulava suas reflexões em torno dos eixos da segurança estatal e do bem-estar coletivo, com ênfase na proteção do país contra a ameaça do comunismo (Medeiros, 2015). Nesse contexto, entendia-se como imperativo que a população optasse pelo modelo de liberdade representado pelo capitalismo norte-americano e se empenhasse ativamente no desenvolvimento nacional (Medeiros, 2015). Em sua perspectiva, o Brasil possuía o potencial de consolidar-se como o “colosso do Sul” (Silva, 1967).

Em síntese, o general inseriu-se nos debates concernentes ao embate ideológico da Guerra Fria, posicionando-se sistematicamente em defesa da preservação do capitalismo tradicional e do distanciamento em relação ao comunismo. Essa perspectiva fundamentava-se no propósito de precaver o Brasil contra possibilidades de insurreição e de promover o seu desenvolvimento econômico. Além disso, Silva projetava, para um horizonte temporal próximo, a imagem de um Brasil grandioso – uma verdadeira potência latino-americana. Contudo, para a consecução desse projeto, era imprescindível que a então região periférica, abatida, fosse integrada ao sistema nacional e internacional: era preciso explorar a Amazônia uma vez mais.

3.3 CARLOS DE MEIRA MATTOS

Carlos de Meira Mattos (1913-2007) foi um general do Exército brasileiro nascido em São Paulo e, durante os anos 1930 e 1940, participou de eventos relevantes, como a Revolução Constitucionalista de 1932 e a Segunda Guerra Mundial, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) (Mello, 2024). Após a Guerra, Mattos auxiliou na derrubada do governo de João Goulart, comandou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) durante a Ditadura e foi professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG) (Mello, 2024).

Na geopolítica, Meira Mattos foi o responsável por trazer as discussões estratégicas do Rio da Prata para o Amazonas, especialmente conclamando pelo Tratado de Cooperação Amazônica (Medeiros, 2015). Neste contexto, a geopolítica para o general “é a política aplicada aos espaços geográficos” (Mattos, 1980, p. 160), portanto era crucial que os presidentes gerais, munidos de autoridade e força, trabalhassem para a defesa e integração da Amazônia.

Em seu livro *Uma geopolítica Pan-amazônica* (1980), o general contextualiza a conquista portuguesa da Amazônia e sua brava defesa contra os invasores à época. Para Meira Mattos, Pedro Teixeira, Marquês de Pombal, o capitão Francisco Xavier e os bandeirantes desbravaram e lutaram pela manutenção da Amazônia enquanto território português, salientando a bravura daqueles homens (Mattos, 1980). Curiosamente, Mattos não cita as missões religiosas como forma de defesa da região durante a colonização, sobressaindo apenas os militares e políticos do período.

Ao percorrer as páginas do livro de Mattos, há um incômodo que potencializa as ideias de defesa do general: a internacionalização da Amazônia. Enquanto não houvesse um desenvolvimento firmado na integração do território amazônico com o resto do país e a exploração das riquezas que ali foram descobertas, a floresta ainda seria cobiçada pelos estrangeiros assim como ocorrera na etapa colonial (Mattos, 1980). É inevitável reforçar que o temor da perda da Amazônia assombrou os militares durante a Ditadura e ainda assombra nos contextos atuais.

Com o intuito de livrar a região da ambição internacional, Meira Mattos argumentou fervorosamente a favor do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 3 de julho de 1978 em Brasília pelos oito países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e a Venezuela) (Medeiros, 2015). A intenção primordial do tratado era de garantir que a proteção e gerência da floresta fosse dos países que a detinham, e não de organizações internacionais ou de outrem, porquanto “o que não desejam os países amazônicos é perder a

soberania sobre essa região cobiçada sob o pretexto de sua incapacidade para explorá-la” (Mattos, 1980, p. 136).

O vazio demográfico da Amazônia também estava no centro das preocupações de Mattos. Para o general, a junção da baixa densidade demográfica e da pouca infraestrutura na região seriam o combo necessário para a conquista da floresta por aqueles que, há anos, arquitetam tal empreitada (Mattos, 1980). Por conseguinte, seria crucial que o Estado investisse na Amazônia a partir da construção de infraestruturas, da presença das Forças Armadas, da ampliação da diplomacia com os vizinhos, além de que se garantisse a primazia das decisões estatais face às privadas (Mattos, 1980).

Diante do exposto, o general Meira Mattos advogou pela atuação estatal no fomento à integração da Amazônia, bem como pela promoção de relações multilaterais com os países vizinhos, visando à defesa conjunta do território amazônico. Em sua perspectiva, era imperativo que a região fosse efetivamente incorporada ao restante do país mediante a implementação de infraestrutura de conexão entre o Norte e as demais regiões, aliada à exploração sistemática de seus recursos naturais. Paralelamente, Mattos defendia a necessidade de um fluxo migratório dirigido para a Amazônia, com o intuito de suprir a demanda por mão de obra necessária à execução dos projetos concebidos.

Desse modo, Mattos sustentava que a grandeza do Brasil estaria condicionada à capacidade de defender e integrar sua principal riqueza: a Amazônia. Em seus planos, a sinergia entre as Forças Armadas e o investimento estatal geraria resultados frutíferos para a região, retirando-a de uma posição periférica e contribuindo para o desenvolvimento nacional. Contudo, como assinalado pelo general, conjunturas desfavoráveis da economia internacional inviabilizaram a concretização de parte de suas propostas. Não obstante tais obstáculos, o princípio orientador para a Amazônia permanecia claro: integrar para não entregar, assim como fez Marquês de Pombal.

3.3.1 A AMAZÔNIA DE MEIRA MATTOS

Diferentemente de Golbery do Couto e Silva, o general Meira Mattos se estendeu mais nos assuntos relacionados à Amazônia e apresentou algumas proposições para a região, as quais serão expostas a seguir.

Como expressado pelo general, a tomada de poder pelos militares trouxe a ampliação da presença estatal na Amazônia, pois foi formulada uma estratégia de desenvolvimento para a região com o apoio do Congresso (Mattos, 1980). Em 1966, o presidente Castello Branco transforma a SPVEA em SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia e cria a Zona Franca de Manaus, com a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) (Mattos, 1980).

Já o presidente Costa e Silva transferiu a sede do Comando Militar da Amazônia (criado em 1956 no governo de Juscelino Kubitschek) de Belém para Manaus, e trouxe alguns batalhões de engenharia do Exército para a construção de rodovias e outros (Mattos, 1980). Foi aprovado em 1973, durante o governo Médici, o Plano de Viação Nacional que planejava a construção de várias rodovias, tais como a Transamazônica (2300 km), Manaus-Humaitá-Porto Velho (760 km) e etc., além de um plano de colonização agrícola com reserva de terra ao longo da Transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém (Mattos, 1980).

Os obstáculos enfrentados pela crise do petróleo de 1973 fizeram o presidente Geisel dar prosseguimento ao plano de colonização com a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia, o POLAMAZÔNIA, em 1975 (Mattos, 1980). A exemplo, foram pensados polos agroindustriais na região Xingu-Araguaia, exploração ferrífera na Serra do Carajás, na região Araguaia-Tocantins em Goiás e outros; entretanto o Programa não foi completamente realizado por causa do preço do petróleo (Mattos, 1980).

Alguns objetivos traçados para a Amazônia não foram concretizados por variados fatores. Mas, como aponta Mattos, houve uma melhora da ocupação populacional, pois a população da Amazônia Legal aumentou cerca de 3.500.000 habitantes (Mattos, 1980). Outrossim, planos e projetos foram idealizados para a região, como o plano de transportes, o projeto de solo e subsolo com sensores, o projeto energético e o de telecomunicações (Mattos, 1980).

A partir do RADAM (Radar na Amazônia) e LANDSAT (Levantamento por satélite), foi possível a descoberta de inúmeros minerais, como o estanho em Rondônia, a bauxita no rio Amazonas, o calcário no Pará, o minério de ferro, o manganês, o cobre, a bauxita e mais nas Bacias do Araguaia, Tocantins e outros, além do minério de ferro na Serra dos Carajás, no Pará (Mattos, 1980). Com a SUDAM, foram iniciados e explorados o Projeto Carajás – maior reserva de hematita do mundo -, além de terem sido levados a cabo os levantamentos do Tapajós-Jamanxim com ouro e o Marabá com ferro, manganês, diamante e outros (Mattos, 1980).

Ressalta-se que o general Meira Mattos (1980) defendia que a exploração dos recursos minerais e a implantação de infraestruturas na Amazônia deveriam ser atribuições exclusivas do Estado brasileiro, rejeitando qualquer ingerência ou gestão por parte de potências estrangeiras sobre as riquezas nacionais. A esse respeito, o militar faz críticas ao capital estadunidense investido na Companhia Jari de Indústria e Comércio e a seus projetos na região (Mattos, 1980).

Embora reconhecesse a existência desses empreendimentos, Mattos era categórico ao afirmar que eles deveriam submeter-se integralmente à legislação brasileira. Em sua perspectiva, os recursos da Amazônia deveriam beneficiar prioritariamente a população nacional, uma vez que acreditava ser imperativo que o homem "domesticasse" a floresta e assumisse o domínio soberano sobre suas riquezas (Mattos, 1980).

Para além das propostas infraestruturais, Meira Mattos (1980) advogava pela criação de Territórios Federais na Amazônia. O militar sustentava que, por se tratar de entidades diretamente subordinadas ao governo central, essa figura administrativa conferiria uma gestão mais eficaz à região do que o modelo de unidade federativa autônoma. Nesse sentido, Mattos (1980) resgata o precedente histórico do plano do Marquês de Pombal para a descentralização administrativa da colônia. Em sua análise, diante das dimensões continentais do Brasil, a criação de territórios – em detrimento de grandes estados autônomos – potencializaria a soberania e a defesa nacional, além de otimizar o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, dada a maior eficiência administrativa que tal modelo supostamente ofereceria (Mattos, 1980).

A estratégia militar de defesa foi pensada na ocupação, aumento populacional, integração por transportes e aproximação da Amazônia com os centros dinâmicos do país (Medeiros, 2015). Para isto, o militar (1980) distinguiu duas regiões: a Amazônia Oriental centrada em Belém e São Luís; e a Amazônia Ocidental voltada para Manaus, Boa Vista, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e outros.

Da mesma forma que Pombal, Mattos (1980) compreendia que, por causa da imensidão da Amazônia, era preciso ter polos dinâmicos diferentes para que a administração ocorresse. Na colonização houve a separação da província do Grão-Pará e do Rio Negro – estratégia exaltada pelo general – e agora a divisão entre Amazônia Oriental e Ocidental visando suas particularidades:

A Oriental deve concentrar esforços aeronavais, defesa do litoral, dos portos, defesa contra as penetrações (principalmente pelo rio Amazonas), vigilância nas fronteiras terrestres e manutenção de uma capacidade de transporte marítimo protegido e de transporte aeroterrestre de médio raio de ação; por sua vez, a Ocidental deve priorizar a vigilância ativa nas regiões fronteiriças, em particular nas regiões de intercomunicação internacional, capacidade de manutenção de uma reserva operacional aeroterrestre e de transporte aéreo e fluvial para áreas tornadas críticas. A pretensão declarada de uma estratégia militar é de uma força de dissuasão, ou seja, a intenção é desencorajar qualquer agressão contra a soberania de Estados nacionais amazônicos (Medeiros, 2015, p. 50.)

À vista do exposto, depreende-se que o general Meira Mattos advogava pela defesa da Amazônia mediante uma dupla estratégia: a promoção de uma diplomacia cooperativa com os países vizinhos e a implementação de uma política de integração nacional baseada na colonização dirigida, visando a conexão física e econômica entre a região Norte e o Centro-Sul do país. Embora muitos de seus projetos não tenham se concretizado, é notável que a grande maioria estava voltada para a exploração de recursos minerais, o estabelecimento de polos agrícolas, o fortalecimento da presença das Forças Armadas — com ênfase nos batalhões de engenharia — e a construção de rodovias capazes de escoar a produção e facilitar o tráfego na região.

Desse modo, Meira Mattos elaborou intelectual e estrategicamente suas propostas com o objetivo central de preservar a Amazônia do que considerava o maior risco: a internacionalização. Nessa lógica, a migração planejada, a exploração mineral, a malha rodoviária e o dispositivo militar nas fronteiras configuravam-se como elementos primordiais para a defesa territorial.

Paralelamente, o Tratado de Cooperação Amazônica era visto como um instrumento de proteção coletiva, capaz de resguardar todos os países da região das ingerências internacionais. Professor na Escola Superior de Guerra (ESG) e inserido no contexto da Guerra Fria, o militar tinha como premissa fundamental proteger o país da ameaça comunista, promovendo o desenvolvimento por meio das forças do livre mercado e, assim, transformando o “colosso latino” com o auxílio de sua maior dádiva natural: a Amazônia.

3.4 BALANÇOS DO DICURSO MILITAR SOBRE A AMAZÔNIA

Anos anteriores ao Golpe de 1964 e na própria Ditadura, houve a possibilidade de que militares ampliassem suas presenças em torno dos debates intelectuais do país. Especialmente durante o Regime, o pensamento foi claramente voltado para a esfera militar e envolvido por

questões de defesa nacional. Obviamente, os questionamentos contrários aos da época foram rechaçados e perseguidos violentamente.

Neste sentido, a geopolítica foi capitalizada pelos militares. Os planos traçados para o Brasil tinham origem nos pensamentos à época da Guerra Fria e intenções de crescimento econômico - uma união de conservadorismo com desenvolvimentismo. Aliado a isto, havia o patriotismo querido pelos generais; era preciso que os brasileiros lutassem pelo país e vencessem a guerra: fazer o país crescer e evitar o comunismo.

Deste modo, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos foram partícipes deste processo, porquanto ajudaram a criar um pensamento em torno da exaltação do país, no concebimento de uma Doutrina de Segurança Nacional e na proteção daquela velha amiga, a Amazônia. A intenção não era inédita: integrar e desenvolver, se não a Amazônia seria internacionalizada.

Por fim, ambos os militares expuseram seus pensamentos partindo do princípio de que o Brasil seria, eventualmente, um grande país, jamais incluído na designação de terceiro-mundo. Dentre as outras diretivas, era preciso que o governo explorasse racionalmente as riquezas da Amazônia, contribuísse com a relação entre Norte e Centro-Sul e criasse oportunidades de negócios na região. O vazio demográfico ali feito era um perigo para a soberania do Brasil e para a defesa da Amazônia. Se não colonizado, aquele espaço seria perdido. Pois assim era pensado havia 400 anos.

4. POLÍTICAS IMPLEMENTADAS (1964-1985)

A agressividade da natureza da hileia, como vimos, vem atingindo o homem no afã de transformar essa região anecumênica, primeiramente em espaço político e depois em espaço econômico (Mattos, 1980, p. 32)

Os militares idealizaram alguns projetos para a Amazônia com o intuito de desenvolver a região para, conseqüentemente, defender a soberania e preservar o poder estatal. Como exposto, nem todos os planos se concretizaram. Para dar continuidade ao proposto por este trabalho, serão analisados a seguir três projetos que foram realizados durante a Ditadura Militar, que têm relação com os pensamentos de integração desenvolvidos por Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos.

4.1 O PROJETO GRANDE CARAJÁS

Em 1943, foi fundada a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD) para exploração das jazidas de ferro encontradas em Minas Gerais, sendo parte do esforço dos Acordos de Washington (1942) (Malheiro, Michelotti, Mascarenha, Sabino, 2021). O objetivo era criar uma empresa estatal especializada na exportação de minério de ferro, sendo financiada pelo capital estadunidense e britânico, além do empréstimo de US\$ 14 milhões da Eximbank à CVRD com a exigência de que o Brasil exportasse 1,5 milhão de toneladas por ano, a um valor abaixo do mercado (Malheiro et al, 2021).

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos – que eram os principais importadores do minério – diminuíram as compras, obrigando a CVRD a diversificar seus mercados para o Japão, o Canadá e a Alemanha Oriental (Malheiro et al, 2021). Durante o governo de João Goulart, houve o investimento em engenharia e a construção de portos para ampliar o escoamento da produção (Malheiro et al, 2021).

A CVRD foi moldada, desde sua origem, por interesses estrangeiros, isto é, sua pesquisa, exploração e exportação foi designada pelas necessidades da demanda externa (Coelho, 2014). Esta dependência foi ampliada com o Golpe de 1964, pois o Código de Minas de 1967, elaborado no governo de Castello Branco, determinou que a pesquisa fosse feita por brasileiro nato, mas a lavra não (Malheiro et al, 2021) (Brasil, 1967). Portanto, o alto

investimento requerido pela mineração era feito por empresas estrangeiras, mas a pesquisa em si precisava ser produzida por um geólogo brasileiro credenciado nos órgãos do governo.

A partir de 1970, a Vale era a principal exportadora do Brasil e planejava ampliar seus investimentos para além de Minas Gerais, diversificando seus negócios para a Amazônia, especificamente no Pará (Coelho, 2014). Na década de 1980, alguns projetos de imenso aporte foram instalados na região, como o Projeto Grande Carajás (PGC), a Usina Hidroelétrica de Tucuruí e outros, sendo o PGC a prioridade dos investimentos durante o Regime militar (Coelho, 2014).

A dinâmica de exploração da Serra dos Carajás seria consolidada por um planejamento do desenvolvimento desenhado pelos governos militares para a Amazônia. A doutrina de segurança nacional é atrelada ao esboço de política nacional para a região amazônica desenhada desde os anos 1940, expressa nos ideais de integrar, ocupar e desenvolver, os quais demonstram o modo como historicamente o Estado nacional brasileiro observou a Amazônia: como um vazio de técnica, de ciência, de pessoas, de política, de horizontes... Como síntese dessa incorporação, a chamada “Operação Amazônica”, um conjunto de leis federais, decretos, isenções fiscais e grandes obras de infraestrutura, consolida a Amazônia como questão nacional de um Estado que, em nome da segurança, torna a exceção, regra da política (Malheiros et al, 2021, p. 31).

Em 1983, a infraestrutura do Projeto Carajás já estava pronta, tendo como destino, inicialmente, o mercado interno e, após, o asiático (Coelho, 2014). Por causa dos empréstimos adquiridos durante seu planejamento, a CVRD ficou em prejuízo em 1987, todavia posteriormente logrou ampliar suas exportações e ter lucros superiores ao dano financeiro (Coelho, 2014).

Os dados oficiais relacionados à venda e exportação de minérios do Projeto Carajás durante a Ditadura são de difícil acesso, porquanto durante o Regime houve o desembolso de recursos para a concretização do plano. Por isto, o início das vendas e exportações se intensificaram na redemocratização, tornando a Serra dos Carajás uma das maiores áreas exportadoras de minério do mundo (Coelho, 2014).

Mesmo que as explorações tenham expandido a partir do governo de José Sarney, o Regime militar já havia ampliado a posição do Brasil como fornecedor de matéria-prima para o mercado global, articulando industrialização com reprimarização (Coelho, 2014). Com o pretexto de aproveitar as riquezas naturais, o governo do general João Figueiredo pôde financiar a dívida externa, haja vista que a exportação do minério de ferro tornava superavitária a balança comercial (Coelho, 2014).

Sob argumentos de que a Vale, enquanto empresa estatal, enfrentava vários déficits, para além das dívidas geradas pelos projetos da Ditadura, em 1997, a CVRD foi privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso, com denúncias de irregularidades durante o processo (Coelho, 2014).

4.2 O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E O POLAMAZÔNIA

Em 16 de junho de 1970, foi assinado o decreto-lei nº 1.106 que criou o Programa de Integração Nacional (PIN) durante o governo do general Emílio Médici, objetivando destinar dois bilhões de cruzeiros entre 1971 e 1974 para promover a integração da região à economia (Brasil, 1970).

Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.

§ 2º Inclui-se também na primeira etapa do Programa de Integração Nacional a primeira fase do plano de irrigação do Nordeste (Brasil, 1970).

Posteriormente, em 25 de setembro de 1974 no governo do general Ernesto Geisel, foi criado a partir do decreto nº 74.607 o Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (Polamazônia) para usufruto das riquezas florestais e minerais da Amazônia, com áreas prioritárias no Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins e outros (Brasil, 1974).

Art. 2º. São as seguintes as áreas prioritárias preliminarmente selecionadas com vistas à execução do Programa:

- I – Xingu-Araguaia;
- II – Carajás;
- III – Araguaia-Tocantins;
- IV – Trombetas;
- V – Altamira;
- VI – Pré-Amazônia Maranhense;
- VII – Rondônia;
- VIII – Acre;
- IX – Juruá-Solimões;
- X – Roraima;

- XI – Tapajós;
- XII – Amapá;
- XIII – Juruená;
- XIV – Aripuanã; e
- XV – Marajó (Brasil, 1974).

A dotação orçamentária foi de dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros divididos entre os programas e fundos já criados que atuavam na Amazônia, portanto o Polamazônia foi um projeto que visou ampliar a potencialidade do investimento estatal na região (Brasil, 1975). Relevante citar que, no decreto, há um parágrafo destinado ao cuidado às reservas florestais, parques nacionais e reservas indígenas.

À vista disso, o governo militar deu cabo às ideias geopolíticas de ocupação econômica com a alocação de recursos públicos para a construção de rodovias e para os polos agropecuários. Com forte dotação orçamentária, o governo Médici dedicou-se a iniciar a abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, que eram essenciais para o escoamento da produção, assim como o transporte de pessoas. Além disso, reservou parte das terras atadas às rodovias para a produção agrícola, unindo infraestrutura e posse econômica.

Similarmente, Geisel ampliou o investimento estatal na Amazônia selecionando áreas prioritárias para a exploração mineral e agropecuária. Desta vez, houve a junção da ocupação econômica a partir da extração das riquezas naturais e do uso da terra.

Por fim, o Projeto Grande Carajás, já no governo Figueiredo, trabalhou pela concretização da exploração mineral no Pará. Como a região era altamente rica em minérios, seu aproveitamento seria essencial para melhorar a balança comercial do país e reduzir a dívida pública. Ainda neste discurso, a extração contribuiria com o aumento populacional e com o emprego na região.

Apesar de ter sido criada a partir da atuação estatal, a Companhia do Vale do Rio Doce foi privatizada na redemocratização, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Sua privatização à época foi fortemente influenciada pelas ideias neoliberais e pela acusação de pouca lucratividade, não obstante seu lucro de US\$ 721 milhões em 1995 e US\$ 558 milhões em 1996 (Coelho, 2014).

5. OS PROJETOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo. Seriam gente de seu Deus sol, o criador – Maíra -, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso. Não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos, espoliadores ou doadores (Ribeiro, 1995, p. 47).

Posterior à contextualização histórica da Amazônia e dos projetos criados no decurso da Ditadura militar, é crucial que, neste segmento, sejam analisadas as consequências das implementações dos planos e seus desdobramentos.

5.1 PROJETO GRANDE CARAJÁS

Quando de sua implementação, o Projeto Carajás se diferenciava dos outros por sua estrutura altamente mecanizada, isto é, a lavra se distanciava da forma artesanal de outrora e entrava em operação os maquinários, como perfuratrizes, escavadeiras e motoniveladoras (Coelho, 2014). Desta maneira, a antiga previsão começou a se concretizar: as máquinas passaram a substituir os homens. Portanto, na produção artesanal era necessário um montante de mão de obra suficiente para o trabalho da mineração. No entanto, Carajás já foi concebido sob as dinâmicas modernas do capitalismo, colocando à margem os inúmeros trabalhadores.

Os impactos causados pela mineração na Serra dos Carajás são sentidos ao longo prazo. Neste contexto, os efeitos são diferentes entre as distintas classes sociais e etnias, logo o setor financeiro e as mineradoras se apropriam do lucro gerado pela mineração, enquanto os trabalhadores, proletários, quilombolas e indígenas recebem os danos ambientais que tal empreitada oferece (Coelho, 2014).

As consequências econômicas do Projeto são divididas entre as benéficas e as maléficas, em que aquela mostra um aumento da arrecadação municipal, relativa criação de emprego e expansão do comércio (Coelho, 2014). Mas, vista com maiores detalhes, a geração de trabalho pode ser falaciosa, pois a mineração é intensiva em capital e não em mão de obra, assim o investimento maior é feito no capital e não na contratação de trabalhadores. Desta forma, a geração de emprego não acompanha a alocação de recursos financeiros (Coelho, 2014).

Dentre as negativas, tem-se a alta concentração de renda causada pela falta de encadeamentos econômicos, proporcionando acumulação de capital somente para os acionistas

das mineradoras e dificilmente para os trabalhadores (Coelho, 2014). A exemplo, em 2010 os 20% mais ricos do município de Parauapebas concentrou 58% da riqueza gerada pela mineração, diferentemente dos 3,49% que os 20% mais pobres detiveram (Coelho, 2014). Ademais, os danos causados pela mineração à céu aberto ocasiona perda de valor comercial das propriedades vizinhas (Coelho, 2014).

As repercussões socioculturais negativas são diversas: baixos salários, elevação da intensidade de trabalho, abarrotamento das vias rodoviárias, grande risco de acidentes de trabalho, reassentamento de populações que moravam próximas às minas e obstáculo às formas populares de vida e produção (Coelho, 2014). Durante o expediente, os trabalhadores são explorados no processo da mineração e, somado aos baixos salários, a integridade física do indivíduo é posta em risco (Coelho, 2014).

Acerca dos impactos ambientais, há a poluição aérea causada pelo pó mineral transportado, a manutenção e o perigo iminente das represas de rejeito, contaminação de rios e de reservatórios de água, poluição sonora proporcionada pelas explosões, destruição de sítios arqueológicos e remoção de biomas, além da utilização de grandes quantidades de água para os processos da mineração (Coelho, 2014).

Neste cenário, a comunidade Pequiá de Baixo, localizada em Açailândia (MA), faz parte do Complexo Carajás, em que municípios são rotas de escoamento da produção do Projeto Carajás (PA) até a exportação em São Luís (MA) (Coelho, 2014). Por exemplo, foram encontrados na comunidade concentrações de material particulado advindo da mineração em valor três vezes acima do permitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (Coelho, 2014). Na capital maranhense, os limites de poluição foram ultrapassados em 110% em 2015 (Coelho, 2015).

Os modais utilizados para o transporte são o ferroviário e o rodoviário, sendo este o responsável pelo desenvolvimento de doenças respiratórias e de pele causadas pela circulação do pó no ar (Coelho, 2014). Outrossim, as imensas represas de rejeito apresentam risco elevado de acidentes para a população – a exemplo do rompimento da barragem de Brumadinho/MG – a quantidade utilizada de água amplia o desperdício deste recurso, quando ele não é contaminado pelo rejeito (Coelho, 2014).

No tocante aos macro impactos econômicos da mineração, há como positivo o equilíbrio na balança comercial (BC) e aumento da arrecadação de impostos federais e estaduais (Coelho, 2014). Todavia, o saldo superavitário da BC camufla o deficitário nas contas correntes da

balança de pagamentos, já que as mineradoras são, em sua maioria, transnacionais e devem remeter seus lucros aos países de origem (Becker, 1988).

Sobre os macro impactos econômicos negativos, tem-se o uso não renovável dos recursos fósseis, isenção fiscal no PIS/CONFINS e ICMS, inconstâncias dos valores das commodities no mercado global, instabilidade causada pelas crises internacionais, dependência econômica da mineração, mercado interno com baixa dinâmica, baixo valor agregado do produto (Coelho, 2014).

Pequena absorção dos benefícios técnicos: A mineração em si não é uma atividade econômica que está próxima à fronteira da revolução científico-tecnológica. As empresas especializadas na produção de máquinas e equipamentos utilizados na mineração estão próximas a essa fronteira. No entanto, as empresas especializadas na extração mineral não promovem grandes investimentos em pesquisas de inovações tecnológicas (Coelho, 2014, p. 78).

Por fim, os macro impactos sociais negativos são o pouco desenvolvimento dos municípios ao entorno da mineração e a dependência das regiões mineradoras dos centros decisórios externos, isto é, as resoluções políticas são negociadas entre os acionistas, os lobistas e os políticos, obviamente procurando posicionamentos favoráveis ao grande capital (Coelho, 2014).

Demais consequências podem ser vistas na urbanização das cidades mineradoras. Os quatro municípios com maior atividade mineradora do Pará são Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá e Curionópolis (Malheiro et al, 2021). A expansão destas cidades na Ditadura ocorreu dentro dos projetos para a Amazônia, então era essencial que a integração da região e pesquisa dos recursos fossem postos em prática a partir da superação dos obstáculos apresentados pelo transporte, energia e força de trabalho (Malheiro et al, 2021).

Assim sendo, houve o investimento estatal na construção de rodovias (Belém-Brasília), da Estrada de Ferro Carajás e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, além da promoção de migração de trabalhadores para a mineração, sendo os municípios acima citados responsáveis pela organização da força de trabalho (Malheiro et al, 2021). Proporcionada por uma força de trabalho móvel, há um intenso fluxo de trabalhadores nas cidades, tornando-se cidades sem fixação de mão de obra (Malheiro et al, 2021).

Para exemplificar a migração no Pará, no Censo Demográfico de 1980, realizado durante o governo do General João Figueiredo, havia no Pará 790 pessoas que residiam no estado havia cerca de um ano, provenientes de outras unidades da federação; 795 que se encontravam no estado havia aproximadamente dois anos; e 1.436 que residiam no Pará há um

período entre seis e nove anos (IBGE, 1982). Esses dados indicam a presença de uma massa populacional que anteriormente residia em outros estados e que passou a se estabelecer no Pará ao longo da década de 1970, evidenciando a intensificação de fluxos migratórios recentes para a região.

Tais informações devem ser compreendidas como dados de contextualização, uma vez que o censo não permite identificar os motivos da migração nem distinguir os indivíduos diretamente vinculados à atividade mineradora daqueles associados a outros setores econômicos ou a dinâmicas migratórias distintas, como políticas de ocupação territorial, redes familiares ou deslocamentos decorrentes de transformações agrárias. Além disso, os dados censitários não possibilitam diferenciar trabalhadores temporários de migrantes com intenção de fixação permanente.

Ainda assim, considerando o período histórico e a implementação de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental, é possível inferir que parte desses fluxos migratórios foi compatível com a expansão da atividade mineradora e com outros empreendimentos econômicos associados, sem que se possa estabelecer uma relação causal direta.

Para expandir a discussão acerca dos municípios mineradores do Projeto Carajás, é relevante observar os dados do Censo de 1991. Entre 1980 e 1991, o município de Marabá apresentou crescimento populacional expressivo, refletindo a intensificação da ocupação humana na região sudeste do Pará. Por exemplo, a população residente em 1980 em Marabá era de 37.713, já em 1991 era de 121.814; em Parauapebas era 8.577 e passou para 53.017; Curionópolis era de 13.625 mudando para 38.458 em 1991 (IBGE, 1992).

Tal expansão demográfica antecede a emancipação de municípios como Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás, cujos territórios à época integravam o município de Marabá (IBGE, 1992). À vista dos dados, esse crescimento sugere o impacto territorial dos grandes projetos minerais implantados na região, ainda que os dados censitários não permitam isolar diretamente a população vinculada à atividade mineradora.

Por causa do intenso fluxo de trabalhadores e a distinção social causada pelo capital, estas cidades tiveram um crescimento populacional rápido e desorganizado. Por conseguinte a desigualdade social foi ampliada, podendo ser sentida na atual violência urbana, na marginalização de alguns bairros e na precariedade de serviços públicos (Malheiro et al, 2021).

Por fim, outro impacto impulsionado pela mineração é a crescente demanda por terras para pesquisa e lavra. Neste contexto, o aumento da atividade mineradora pressiona as pequenas terras de produção familiar, áreas de reforma agrária e terras indígenas (Malheiro et al, 2021). Para além do pressionamento desfavorável aos pequenos produtores, conflitos agrários são registrados na região por causa da compra de extensas áreas para a mineração (Malheiro, et al 2021).

5.2 PIN E POLAMAZÔNIA

Os projetos de colonização e migração foram idealizados para a alocação de mão de obra e trabalho na Amazônia, de forma que a baixa densidade demográfica fosse convertida em centros populacionais e a região tivesse alguma utilidade econômica. Neste contexto, é importante investigar as verdadeiras intenções dos projetos e suas consequências futuras.

Becker (1988) denomina como nova fronteira amazônica o espaço inédito de incorporação do Brasil ao capitalismo global, fato contínuo da história brasileira. Desta maneira, aquele espaço longínquo se transforma em uma fornecedora de matérias primas para a demanda internacional, permitindo ao Estado angariar recursos advindos das exportações e, assim, melhorar a balança comercial (Becker, 1988). Outrossim, esta fronteira é cuidadosamente planejada pelo Estado dado seu caráter estratégico para a economia e, por seu método, mantém o perfil dependente do Brasil.

Outro fator relevante desta nova fronteira é que, no PIN e POLAMAZÔNIA, os incentivos ofertados pelo Estado, como créditos e subsídios, foram distribuídos de forma desigual (Becker, 1988). Isto é, foram beneficiados latifundiários, médios e grandes fazendeiros e empresas agropecuárias, as quais conseguiram se apropriar de extensões maiores de terra (Becker, 1988). Cenário diferente ocorreu com os pequenos produtores, posseiros e camponeses, que tiveram acesso a pequenas faixas de terra e foram, paulatinamente, se tornando em trabalhadores polivalentes (Becker, 1988).

O trabalho requerido pelas fazendas agropecuárias da Amazônia era temporário, portanto a demanda por mão de obra era determinada por períodos certos. Por consequência, os trabalhadores citados acima não contemplados com grandes terras ficavam sujeitos à demanda

e, quando não havia, procuravam outros empregos na mineração, no comércio e em quaisquer bicos que surgissem (Becker, 1988).

A característica fundamental destes trabalhadores polivalentes é que não há um trabalho fixo, mas sim a alternância entre atividades rurais e urbanas variando conforme a necessidade por mão de obra. Portanto, Becker (1988) não os caracteriza como proletários, já que não são assalariados formais, contudo eles mantêm certo vínculo com a terra para produção pessoal ou pequena para venda interna. Logo, eles também não são camponeses tradicionais. Para Becker (1988), a expansão da fronteira para a Amazônia produziu uma desigualdade social inconfundível: de um lado os grandes barões de terras e de outro uma massa conclamada para o sonho de uma vida melhor, mas trazidos para insalubridade e desordem.

Neste contexto, o principal agente organizador da fronteira é o Estado. Destarte, o controle territorial e social é encabeçado pelo poder público, sendo ele o designador de quem tem acesso à terra (Becker, 1988). Para gerir as lutas de classes, o Estado dá grandes benefícios econômicos ao capital privado e algumas concessões à população, como forma de evitar conflitos. Assim sendo o poder público não perde seu domínio social e espacial para o capital agrário, mas mantém sua autoridade e determina quais fronteiras serão avançadas e quais espaços explorados (Becker, 1988).

Necessário ressaltar que a urbanização promovida pelos projetos foi feita de forma desordenada. Segundo Becker (1988), o natural da formação das cidades é primeiro o conhecimento do meio, seguida da exploração econômica e somente após ocorre a criação de vilas e seguinte urbanização. No entanto, na Amazônia houve a geração de cidades para depois haver a definição clara das atividades econômicas dominantes (Becker, 1988),

A urbanização foi concebida como base logística da ocupação da fronteira, ou seja, receber a mão de obra e o capital para as obras, explorações e colonizações dos projetos da Ditadura (Becker, 1988). Percebe-se que o controle territorial é fortemente dominado pelo Estado, o qual produz e ordena a fronteira conforme seus desígnios. Não obstante a intenção de alocar o recente contingente populacional, estas cidades cresceram de forma desarranjada e existiam conforme a demanda por trabalhadores (Becker, 1988).

À vista disso, forma-se na Amazônia um mercado de trabalho atípico com mão de obra barata, rotatividade alta, pouquíssimos direitos trabalhistas e trabalhadores que são utilizados onde for necessário (polivalentes). Somado a isto há o interesse do capital privado em ocupar as terras e produzir para o mercado global, que utiliza na sua produção alta tecnologia. Então,

ocorre ao mesmo tempo a produção para o internacional com maquinários de última geração, pequenos produtores para o mercado interno, posseiros, camponeses e trabalhadores polivalentes, muitos inseridos sazonalmente nas cidades orquestradas pelo governo.

Esta nova fronteira não é concebida aleatoriamente, ela é pensada como um espaço estratégico sob controle do Estado (Becker, 1988). Esta reserva territorial foi mobilizada a partir das necessidades históricas do país, sob o discurso de defesa nacional, para atender as demandas econômicas. Durante a Ditadura Militar, a Amazônia foi manuseada com o forte apelo de segurança (Doutrina de Segurança Nacional) para, verdadeiramente, dar amplitude aos excedentes econômicos fundamentais para sustentar o modelo de desenvolvimento adotado, assim como financiar a dívida pública (Becker, 1988).

Por fim, a Amazônia se torna um espaço de disputa entre latifundiários detentores das grandes terras e os trabalhadores (posseiros, camponeses, polivalentes). Estes últimos estão em posição complexa, segundo Becker (1988), pois não são proletários, mas nem são proprietários de terras. Assim sendo, são indivíduos que trabalham conforme a proposta e sobrevivem a partir da demanda de seu corpo. Tantas diferenças acarretam a Amazônia uma luta pela terra, quase sempre terminada em violência e conflito agrário.

5.2.1 OS PROJETOS E OS INDÍGENAS

A Amazônia é o lar de inúmeros povos indígenas que ali desenvolveram seus saberes e sua ciência. Neste sentido, é imprescindível que seja analisada as consequências que o PIN e o POLAMAZÔNIA tiveram nas terras e populações indígenas².

Os projetos agropecuários e agro minerais foram desenvolvidos a partir dos incentivos creditícios e subsídios do Estado para a plantação de culturas, formação de pastos para o gado

² Ressalta-se que será feito aqui um recorte acerca dos problemas que ambos os projetos, pois foram os tópicos selecionados, acarretam aos nativos. Porém, no Brasil, durante a Ditadura Militar, houve enorme brutalidade e violência contra os indígenas. Por isso, sugere-se a leitura completa do arquivo da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014) para maior compreensão acerca das violações contra os direitos humanos no período do Regime militar, seja contra os indígenas, ou contra os militares, os trabalhadores, os camponeses, os comunistas, as igrejas cristãs, a universidade e os homossexuais.

e exploração dos minérios. Neste quesito, as terras distribuídas pelo PIN e POLAMAZÔNIA chocaram com terras indígenas, por constituírem um empecilho no planejamento e concretização dos planos.

O procedimento criado para apagar a existência dos grupos indígenas e conceder as terras aos latifundiários foi a emissão de certidões negativas pela FUNAI (Brasil, 2014). Criada em 1967, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) foi partícipe das inúmeras violações contra os direitos humanos indígenas e, durante a Ditadura, emitia certidões que declaravam a inexistência de tribos nas áreas interessadas (Brasil, 2014). Portanto, o indivíduo poderia ter acesso à terra sem estar violando o território de tribos indígenas, sendo formalmente legal no papel. Contudo, na realidade, muitas vezes a FUNAI não tinha conhecimento da localidade dos grupos (Brasil, 2014).

A emissão de certidões negativas foi um dos mecanismos utilizados pelos órgãos de Estado para legitimar esse processo de expropriação. Essa política foi exigência instituída por resolução da Sudam, em 1969, para acesso aos programas de financiamento na Amazônia Legal. A falsificação de tais certidões implica responsabilidade direta do Estado nas violações de direitos ocorridas por conta desses projetos desenvolvimentistas e de colonização em áreas indígenas (Brasil, 2014, p. 221).

Então, as áreas pleiteadas poderiam estar em terras indígenas, ou não, pois a FUNAI não possuía instrução completa da localização dos grupos. Consequentemente, houve disputas por terras gerando conflitos violentos entre posseiros e indígenas, como também a transferência de tribos de área para área, objetivando a construção de rodovias, hidrelétricas e a posse de terras (Brasil, 2014).

Na década de 1980, o grupo Kaiowá (Terra indígena Jarará) do Mato Grosso teve sua área transformada em fazenda e, em 1986, tentou retornar à seu lugar (Brasil, 2014). Durante a negociação, os líderes indígenas foram à Brasília dialogar com os representantes da FUNAI e do Conselho de Segurança Nacional, porém receberam como proposta a criação de colônias agrícolas para os nativos (Brasil, 2014). Foi negado ao grupo a demarcação de suas terras na faixa de fronteira por, segundo o órgão, questões de segurança, restando aos indígenas um acordo de exploração do cobre na região em conjunto com a empresa Paranapanema (Brasil, 2014).

Ainda no Mato Grosso, o povo Nambikwara teve seu Vale do Guaporé rompido pela emissão de certidões negativas, as quais atestavam a inexistência do povo no vale, para a criação de gado (Brasil, 2014). Durante o governo JK, os Nambikwara já haviam sofrido com a

construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho e, na Ditadura, tiveram suas terras férteis maculadas para a pastagem de bois (Brasil, 2014).

Ademais, são devastadores os relatos sobre a construção das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica. Isto porque o processo escolhido pela FUNAI de contato com as tribos indígenas era “a pacificação ou afastamento de índios de suas terras no curto espaço de tempo dos poucos meses restantes até as equipes de desmatadores terem aberto centenas e centenas de quilômetros na selva” (Brasil, 2014, p. 229).

Entre 1971 e 1977 o povo Parakanã foi transferido cinco vezes para a construção das rodovias, resultando na morte de 118 indígenas, além da contaminação de poliomielite, malária e gripe (Brasil, 2014). Em 1971, o presidente Emílio Médici assina um decreto que demarcou a reserva indígena Parakanã. Ocorre que os trabalhadores da Transamazônica invadiram a reserva e cometeram abusos contra as mulheres indígenas, o mesmo praticado por funcionários da FUNAI (Brasil, 2014). As consequências foram a contração de doenças venéreas em 35 mulheres indígenas, oito crianças nasceram cegas e seis morreram de disenteria, tudo provocado pelas violências sexuais (Brasil, 2014).

O PIN e a Transamazônica também impactaram o povo indígena Arara. Seu território foi invadido diversas vezes durante a construção da rodovia, somado a isto houve a cessão do território deles à Cooperativa Cotrijuí pelo INCRA (Brasil, 2014). Tamanha barbaridade pode ser presenciada também quando, em 1969, caçadores de onça assassinaram a tiros doze Arara, o mesmo sucedendo em 1973 com nove mortes (Brasil, 2014).

5.3 BALANÇO DOS PROJETOS ECONÔMICOS PARA A AMAZÔNIA DURANTE A DITADURA MILITAR

Tendo em vista os projetos escolhidos e apresentados, conclui-se que os programas desenvolvidos pela Ditadura Militar foram adequados para as intenções econômicas que os governos ditatoriais almejavam orquestrar na Amazônia. Portanto, o grupo intelectual militar encabeçado pelos generais Couto e Silva e Meira Mattos discursavam fortemente à favor da mineração na região, dada a riqueza mineral e energética amazônica.

Desta forma, o Estado investiu e possibilitou o investimento privado em regiões do Pará, especialmente, para a pesquisa e lavra de diversos minerais. O objetivo era dar sustentação ao

discurso de Brasil potência baseado nos recursos minerais e na exportação de toneladas de riqueza. Aliado a isto, o país teria ganhos econômicos robustos. A exemplo, o Projeto Grande Carajás representou tamanha magnitude de investimento.

Todavia, a realidade trouxe impactos negativos significantes para a população próxima às áreas mineradoras. Das consequências, relembra-se à saúde e ao meio ambiente, que foram e são abaladas pela contaminação do ar e da água. Para além destes, há os malefícios estruturais no trânsito causado pelo tráfego congestionado por carretas e caminhões.

Logo, o discurso de exploração das riquezas foi formalmente elegante e sua intenção de transformar o Brasil no colosso das Américas era intrigante. Mas, na verdade, manteve a Amazônia como fornecedora de produtos de baixo valor agregado e destruiu a natureza às custas de uma demanda internacional agressiva.

Ademais, outro projeto orquestrado pela Ditadura trouxe danos presenciados até atualmente. O PIN e POLAMAZÔNIA visaram a migração e colonização das terras, seja aquelas próximas às rodovias ou outras, para a produção agropecuária. Durante a Ditadura, houve o incentivo à industrialização, mas também ao agronegócio. Por conseguinte, a produção na nova fronteira amazônica era pertinente ao projeto, uma vez que haveria ganhos comerciais da exportação e seria levada à Amazônia a civilização e o progresso.

Contudo, novamente, estes projetos acabaram por enaltecer a já relevante desigualdade social na região. Isto porque o acesso às terras foi desigual e os trabalhadores ficaram sujeitos às demandas por trabalho. Para sobreviverem, muitos procuravam serviços seja na zona rural ou urbana, sendo muitas vezes trabalhos precários e com má remuneração.

Acerca dos indígenas, os projetos desenvolvidos cederam seus territórios aos investidores sedentos por lucros. Como consequência, as tribos tiveram que viver em fuga e mudança, sempre alerta ao ataque de posseiros, caçadores e trabalhadores. Para além da negação de sua área, abusos sexuais foram cometidos contra as mulheres indígenas e demais violências contra os homens e crianças.

São inúmeros os relatos sobre as violações contra os nativos, sendo trazidos aqui somente alguns para exemplificação da barbárie governamental e humana. Os povos indígenas foram violentados e apagados a fim de um projeto desenvolvimentista e integrador. Porém, este projeto nunca pretendeu abranger os nativos, queria, em verdade, seu extermínio.

Portanto, a tão sonhada integração e desenvolvimento da Amazônia organizou cidades desestruturadas, amplificou os conflitos por terras – vale ressaltar os intensos conflitos entre latifundiários e tribos indígenas – gerou uma população polivalente, exploração violenta dos recursos naturais e contribuiu para a expansão do agronegócio da soja na Amazônia.

Logo, a geopolítica militar deu suporte para projetos vis no papel e facínoras na realidade, porquanto identificou a Amazônia enquanto terra do vazio e do inoperante e quis, por ambição, determinar as condições do natural e impor ao meio seus desejos.

6. CONTRADIÇÕES ENTRE A GEOPOLÍTICA E A PRÁTICA

A Amazônia foi um símbolo do discurso geopolítico militar durante a Ditadura. Para os militares, o Brasil seria grandioso e uma potência se defendesse aquela floresta e, para isso, era necessário mais do que as Forças Armadas: era preciso desenvolver economicamente aquele vazio.

No pensamento dos militares, o estudo da geopolítica era uma aliada fiel do Estado e proporcionaria entendimento capaz de unir os dois desejos: defesa e desenvolvimento. Por isso, os estudiosos militares da geopolítica declamavam a necessidade de integrar a Amazônia e promover ali o desenvolvimento capitalista. Para tanto, que fossem exploradas as riquezas naturais e derrubada a floresta virgem, tudo era permitido em nome do progresso,

Para a alta cúpula militar, a Amazônia era um grande sertão, era o espaço para o desbravamento, de corajosos bandeirantes e militares. Observa-se que, nos seus escritos, a Amazônia nunca é tida como um território habitado por povos indígenas, comunidades ribeirinhas ou cidades com população de trabalhadores, comerciantes e etc.. Sob seu olhar, ela é um completo vazio demográfico com mata densa cobiçada pelas potências estrangeiras.

Tal intenção de defender e integrar não é novidade, ela é somente a repetição de um padrão histórico. A contextualização da Amazônia feita em primeiro plano foi, intencionalmente, produzida para demonstrar como a região é vista pelas autoridades governamentais. Primeiro, a Coroa portuguesa apoiou os padres e os colonos na acomodação de missões religiosas ao longo dos rios e nas fazendas.

O objetivo português era o domínio daquele espaço para, futuramente, requerer como seu território, tendo em vista que era espanhol. Em 1750 tal empreitada tem sucesso com o Tratado de Madri. Para manter o controle, a Coroa fomentou a exploração econômica das drogas do sertão e sua exportação, da criação de gado e, contraditoriamente, o trabalho e escravização indígena.

O discurso era de manter na Amazônia uma presença contínua para defender o território contra os franceses, os ingleses e os alemães. Na prática, houve o extermínio de comunidades indígenas ocasionando uma baixa demográfica intensa. Tudo em nome da defesa e da economia.

Já no Império e na República, a Amazônia é novamente inserida no contexto internacional com a borracha. As belezas naturais serão investigadas e é descoberto ali um bem

que alimentaria toda uma cadeia industrial e guerras: o látex. Então, aquele espaço esquecido no tempo é mais uma vez explorado e transportado para lá um contingente populacional suficiente para lidar com a procura e extração da goma. Os inúmeros nordestinos que foram à Amazônia em busca de uma vida melhor encontraram penúria e trabalho árduo.

A Coroa produziu o vazio demográfico, o Império e a República tentaram a migração, por fim a Ditadura tentou a construção. Ecoado pelos militares, era preciso colocar rodovias que ligassem o Norte ao Centro-Sul, criar colônias agrícolas para lida na terra e incentivo à mineração, pois foi descoberto jazidas de ferro e outros.

Na conjuntura das intenções militares, o crescimento demográfico na Amazônia era fortemente apoiado, haja vista que populações territorialmente esparsas e pequenas era um perigo constante para a defesa nacional. Neste sentido, houve o aumento demográfico nos estados abarcados pelos projetos, como mostrado abaixo a partir dos Censos de 1970 e 1980.

Tabela 1: Censos IBGE 1970 e 1980

Unidade Federativa	1970	1980
Acre	216.200	306.916
Amapá	114.687	180.078
Amazonas	955.394	1.422.958
Goiás	2.941.107	3.967.310
Maranhão	2.997.576	4.097.311
Mato Grosso	601.042	1.169.381
Pará	2.161.316	3.506.592
Rondônia	113.659	503.059
Roraima	40.915	81.896

Fonte: IBGE, 1980. Elaboração própria.

À primeira vista, é nítido o crescimento da população, especialmente no Amazonas, Rondônia e Roraima. Portanto, seria justo afirmar que o planejamento militar para a Amazônia foi bem sucedido. Entretanto, é necessário compreender as implicações dos projetos idealizados e suas dissonâncias.

Importante ressaltar que somente os dados demográficos da tabela não são suficientes para abordar as discordâncias entre expansão populacional e problemas na urbanização e

trabalho na Amazônia. Mas, eles servem de parâmetro para comparar a idealização com a realidade.

Segundo Becker (2013), a Amazônia possui um traço histórico de formação das cidades: eles surgem para receber o contingente populacional designado para a exploração e como lugar central de administração burocrática da economia. Desta forma, durante a colonização os jesuítas, apoiados pela Coroa, fundaram povoados ao longo dos rios com a intenção de catequizar, mas também de organizar a produção bovina e as drogas do sertão para a exportação (Becker, 2013).

No Império e República, as capitais da Amazônia ocidental e oriental – Manaus e Belém – tiveram expoente crescimento em infraestrutura decorrente do *boom* do ciclo da borracha (Becker, 2013). Naquele momento, as elites nortistas lucraram com a exploração e exportação do látex. Outrossim, núcleos urbanos surgiram a partir da massa migrante decorrente da borracha, bem como as cidades maiores (Becker, 2013).

Já na Ditadura, a Amazônia teve suas cidades relevantes mais uma vez: foram designadas a recepcionar os migrantes induzidos pelo governo para o trabalho na mineração, ou então nas colônias agrícolas planejadas pelo Estado (Becker, 2013). Por conseguinte, os núcleos urbanos foram de suma importância estratégica, pois eram tanto centros de recebimento de mão de obra, quanto espaço de organização administrativa dos projetos ali feitos (Becker, 2013).

Todavia, tal aumento acoberta um fato: historicamente os núcleos urbanos amazônicos surgem atrelados a surtos econômicos (Becker, 2013). Foi, exaustivamente, apontado como a Amazônia foi significativa durante as drogas do sertão, a borracha e a mineração. Ou seja, todas atividades primárias imbricadas à demanda e ao mercado global (Becker, 2013).

Por isso, as cidades tiveram intenso crescimento nos momentos de auge das atividades citadas e estagnação quando a demanda retraiu (Becker, 2013). Em tal caso, o crescimento econômico momentâneo não leva ao desenvolvimento regional. Segundo Furtado (2006), enquanto não houvesse a substituição das importações o Brasil não desenvolveria sua economia e sairia da posição de periferia e fabricante de produtos de baixo valor agregado.

Por este ângulo, não houve substituição de importações na Amazônia durante seus 400 anos de exploração. Houve, em realidade, a manutenção da região como exportadora de matéria prima para a economia-mundo. Ora com o cacau, óleo de copaíba, ora com a borracha.

Segundo os militares, o pleno desenvolvimento amazônico viria da mineração e agricultura, por esta razão os projetos foram idealizados e realizados. Contudo, uma vez mais a Amazônia foi mantida na dependência. De acordo com Becker (2013), ocorrem nas cidades a dominação da economia informal, a exemplo dos trabalhadores polivalentes, sendo o emprego formal restringido aos funcionários públicos.

Diante disto, a geopolítica militar planejou integração aliada à defesa a partir do investimento em infraestruturas e migração, visando no futuro um Brasil potência. Mas, em dissonância, seus projetos preservaram a posição periférica da Amazônia e deram continuidade à situação de região produtora para a economia internacional, e não interna. Apesar disto, a intenção era proteger a Amazônia e, de acréscimo, conduzir o desenvolvimento à região longínqua, esquecida.

Portanto, que explorem o ferro, o ouro, a bauxita e o manganês. Que contaminem a água e o ar. Que causem congestionamento nas estradas e nas cidades. Que poluam sonoramente as cidades. Que acabem com terras indígenas. Que ofereçam trabalhos móveis, com baixos salários e perigosos. Tudo isto é desenvolvimento econômico e integração. Foi necessário.

Também, que façam colônias agrícolas. Que derrubem florestas. Que façam extensas pastagens para o gado. Que invadam terras indígenas. Que destruam a mata para a construção de rodovias. Que ampliem os conflitos fundiários. Que abusem e violentem as mulheres. Que aumentem as desigualdades sociais. Que surjam cidades desreguladas e mal planejadas. Foi defesa do território. Foi levada a civilização à Amazônia.

À vista disso, o plano teórico conjecturava grandes obras de infraestrutura para a economia local se ampliar e, somado a isto, os batalhões do Exército e a presença dos militares seria um impeditivo para aquela receosa internacionalização. A defesa seria para impedir quaisquer supostas tentativas de invasão.

Todavia, em que se baseia esta defesa que destrói a biodiversidade, violenta os povos nativos, cria infraestrutura desgredida, mantém o país como dependente e aumenta consideravelmente a desigualdade social?

Os militares, sob o pretexto da segurança, impuseram ali suas vontades mascaradas de ideias desenvolvimentistas. A preocupação com a defesa da Amazônia era imponente no discurso, pegariam em armas se preciso fosse para lutar contra os invasores. Cumpririam a missão do militar. No entanto, esqueceram (ou não) das reais necessidades daquele ambiente,

de sua história renegada e esquecida. Na Ditadura, preocuparam-se com os seus e olvidaram de seus conterrâneos. Ou seja, defenderam na Amazônia a mineração com a participação de militares e as colônias com faixas terras para latifundiários apoiadores do Golpe.

Em seu livro, o general Meira Mattos abomina a ideia do capital estrangeiro atuando nas riquezas brasileiras. Na prática, foi precisamente o capital estrangeiro o investidor da lavra mineradora. Nos decretos, os presidentes gerais criaram reservas indígenas, na prática elas foram invadidas, ou pelas rodovias, ou pelas fazendas, ou pelos trabalhadores. Nos livros, a migração seria promovida e proporcionaria aos migrantes trabalho e desenvolvimento das regiões. Na prática, eles se tornaram trabalhadores marginalizados, demandados conforme a época proveitosa do serviço e buscando sobrevivência no que aparecesse.

Tudo isto para defender. Sempre para proteger a Amazônia.

7. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve a intenção de contextualizar a posição que a Amazônia apresenta na história brasileira: sempre periférica e pretendida para o capitalismo internacional. Suas riquezas foram vendidas para a ganância estrangeira, alimentando rédeas demandas do capitalismo internacional. Nos seus anos de exploração, a floresta foi requisitada conforme a demanda global, tendo momentos de expansão e contração de suas forças produtivas a partir do comércio. Em vista disso, não houve processos de encadeamento produtivo ou substituição de importações na Amazônia, ocorreu sua manutenção como periferia. Mas, toda ação ali produzida foi feita sob o discurso da defesa nacional.

A articulação de defender a Amazônia sempre esteve ligada ao ato de desenvolvê-la. Era primordial que atividades econômicas fossem incentivadas na região como forma de afastar quaisquer atividades insurrecionistas, ou tentativas de incursões estrangeiras. O pensamento de defesa foi, ao longo dos anos, relacionado à economia e não às armas. Não era defender as fronteiras com a presença militar, mas sim posicionar os batalhões do Exército na Amazônia como forma de distanciar invasões e levar o progresso.

Neste quesito, os militares idealizaram um projeto de Amazônia sem compreender (ou sim) que suas intenções manteriam a região dependente. Distantes de suas designações originais, os militares propiciaram à Amazônia programas atrozés com a natureza e as comunidades indígenas, assim como foram enganadores com os milhares de trabalhadores que migraram para a região.

Deste modo, o trabalho apresentou as ideais geopolíticas predominantes entre os militares e suas decisões administrativas a partir de três projetos chave: o PGC, o PIN e o POLAMAZÔNIA. A seleção deles foi intencional para expor a geopolítica na prática e como esta foi dissonante. Os programas foram implementados com forte apoio governamental e tutela estatal de quem seriam os beneficiários.

Assim sendo, os militares foram assíduos participantes da concretização de seus planos, objetivando tornar o Brasil o colosso do Sul. Em discordância, eles elevaram a Amazônia à posição central de exportadora de commodities e seu desenvolvimentismo ampliou a dívida pública do país.

Similarmente, a exploração da riqueza mineral foi encorajada para levar progresso à região e fornecer trabalho, preferencialmente feita por empresas brasileiras. Entretanto, decretos e incentivos foram concedidos a empresas estrangeiras. Então, mais uma vez há uma incongruência entre o pensado pelos geopolíticos e o ocorrido na realidade.

Correlato a isto, a migração fomentada pelo governo ditatorial tinha como propaganda o acesso às terras, trabalho e promessa de vida melhor. Na realidade, a garantia de grandes faixas de terra era para o latifundiários, restando aos pobres migrantes a informalidade. O desenvolvimento foi discursado como amplo para a população, não obstante a promessa, certamente a fortuna veio para um pequeno grupo, enquanto a violência foi visada para a outra massa.

Em conclusão, a defesa da Amazônia foi proposta relacionando a integração com o desenvolvimento para não “entregar” a região ao inimigo. Em verdade, a execução dos projetos ampliou a desigualdade, a violência e a dependência. O progresso não chegou à Amazônia, ao mesmo não da forma pensada pelos militares.

Referências bibliográficas

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2022.

BECKER, Berta. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./abr. 2005.

BECKER, Berta. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 60-88.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. p. 203–264. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 2).

BRASIL. Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 set. 1974. Seção 1, p. 11017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1106.htm#art1. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código de Mineração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm. Acesso em: 14 jan. 2026.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Rio de Janeiro: Ibase, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. Contextualização histórica. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (org.). **Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri**. 2. ed. ampl. Brasília: FUNAG, 2016. p. 27–42.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho: A Conquista dos Índios Brasileiros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1980: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1980: migração**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1991: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

MALHEIRO, Bruno Cezar; MICHELOTTI, Fernando; MASCARENHA, Rayssa; SABINO, Thiago. Dinâmicas regionais da mineração em Carajás: da pilhagem de matéria e energia aos múltiplos territórios em resistência. In: WANDERLEY, Luiz Jardim; COELHO, Tádzio Peters (org.). **Quatro décadas do Projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazonia**. Rio de Janeiro: Ibase, 2021, p. 22–140.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1980.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 12, n. 1–2, p. 41–58, jan./dez. 2015.

MELLO, Gabriel Felipe Oliveira de. “Nem inferno verde nem um paraíso perdido”: o papel da Amazônia no pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos (1950–1975). **Revista Maracanã**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 310–332, jan./abr. 2024.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica, ciência política e relações internacionais. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014. p.11-32.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. 1 ed. Brasília: FUNAG, 2021.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.